

Tema Económico

97

Junho de 2022



Uma estória de dois contos: Impactos heterogéneos da pandemia da COVID-19 no setor do Turismo

Gonçalo Novo | Gabriel Osório de Barros

Uma estória de dois contos: Impactos heterogéneos da pandemia da COVID-19 no setor do Turismo

Gonçalo Novo ¹, Gabriel Osório de Barros ¹

Resumo

A pandemia da COVID-19 causou uma disrupção muito significativa da atividade turística global, depois de 2019 ter sido o ano com o maior número de viagens e receitas desde que há registo. Portugal, como país em que o setor apresenta um peso significativo na geração de riqueza e no emprego, foi particularmente afetado pela situação de emergência sanitária provocada pela pandemia da COVID-19. Contudo, os efeitos provocados pela pandemia e pelas políticas públicas que surgiram em sua resposta, distribuíram-se de modo assimétrico, com os diferentes segmentos de alojamento turístico a apresentarem diferentes estágios de resiliência na absorção do choque. No presente Tema Económico constatamos que, no novo contexto criado pela pandemia, as características de determinados tipos de alojamento constituíram, em si, vantagens comparativas relativamente aos seus concorrentes.

JEL Classification: L83, Z32

Keywords: Turismo, COVID-19, Medidas de contenção, Turismo no espaço rural, Hotelaria, Alojamento local, Sazonalidade, Dormidas, Hóspedes

Nota: Este artigo é da responsabilidade exclusiva dos autores e não reflete necessariamente as posições do GEE ou do Ministério da Economia e do Mar.

¹ Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Mar

Índice

1. Introdução	3
2. O Turismo na economia nacional	4
3. Turismo em Portugal e na União Europeia no contexto da pandemia da COVID-19	12
4. COVID-19 e o impacto sobre o Turismo	19
5. Conclusões	33
6. Referências	34

1. Introdução

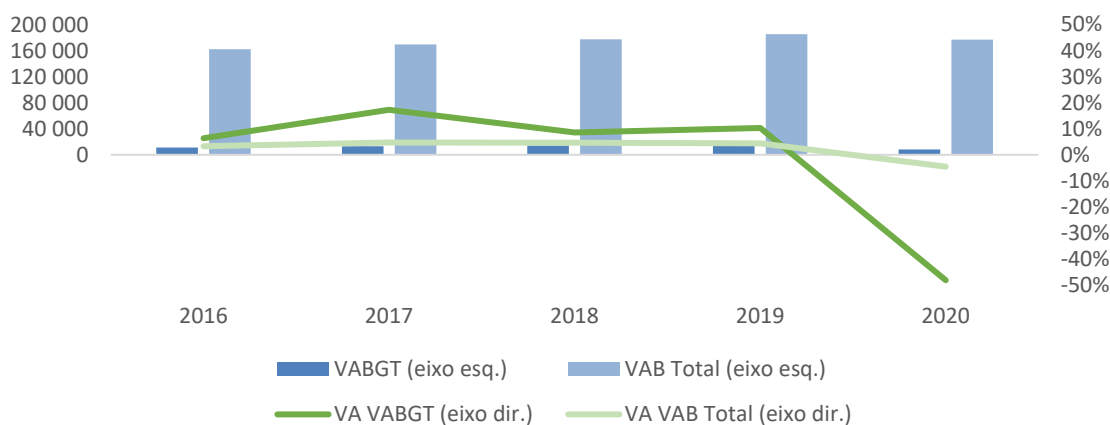
Desde a segunda década deste século que Portugal tem vindo a consolidar o seu estatuto de destino turístico de excelência. O destaque que lhe tem vindo a ser atribuído por peças jornalísticas da especialidade e pela receção de numerosos prémios do setor, dos quais se evidenciam os atribuídos no âmbito dos *World Travel Awards*, aumentaram a sua popularidade e reputação. A partir de 2013, o número de dormidas nos alojamentos turísticos coletivos aumentou continuamente, ancorado no aumento das noites passadas pelos turistas residentes no estrangeiro em território nacional. Este indicador contribuiu não só para o crescimento das exportações, como também para o equilíbrio da balança de pagamentos. Esta tendência de evolução veio a conhecer uma inflexão em 2020, devido à pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2.

O presente Tema Económico enquadra o setor do turismo na economia nacional e identifica as novas tendências que a rutura provocada pela pandemia criou, com maior incidência no ano de 2020, e em menor escala, em 2021.

2. O Turismo na economia nacional

Portugal foi fortemente afetado pela crise financeira global de 2007-2008, com as repercussões mais impactantes a surgirem em 2011, altura em que o produto interno bruto (PIB) contraiu 1,7%, seguindo-se dois anos de recessão (-4,1% em 2012 e -0,9% em 2013). O desemprego aumentou de forma quase constante entre 2008 e 2013, tendo atingido um máximo histórico no primeiro trimestre de 2013, com a taxa a alcançar os 18,5%. O investimento das empresas, aferido pela formação bruta de capital fixo (FBCF), ressentiu-se em período idêntico, com decréscimos consecutivos entre 2008 e 2012, diminuindo de 24.500 milhões de euros para 10.700 milhões de euros. A FBCF das empresas que desenvolvem a sua atividade em alojamento, restauração e similares atingiu os 1.600 milhões de euros em 2017, sendo a única atividade económica que ultrapassou o valor de 2008 (altura em que havia atingido 1.544 milhões de euros). O peso das exportações do turismo no volume total de exportações aumentou desde 2013, o que lhe confere uma importância decisiva no equilíbrio da balança de pagamentos. Do mesmo modo, o valor acrescentado bruto (VAB) das empresas nos segmentos referidos manteve-se acima do registado para o total de todas as atividades, com as do alojamento a registarem crescimentos mais robustos.

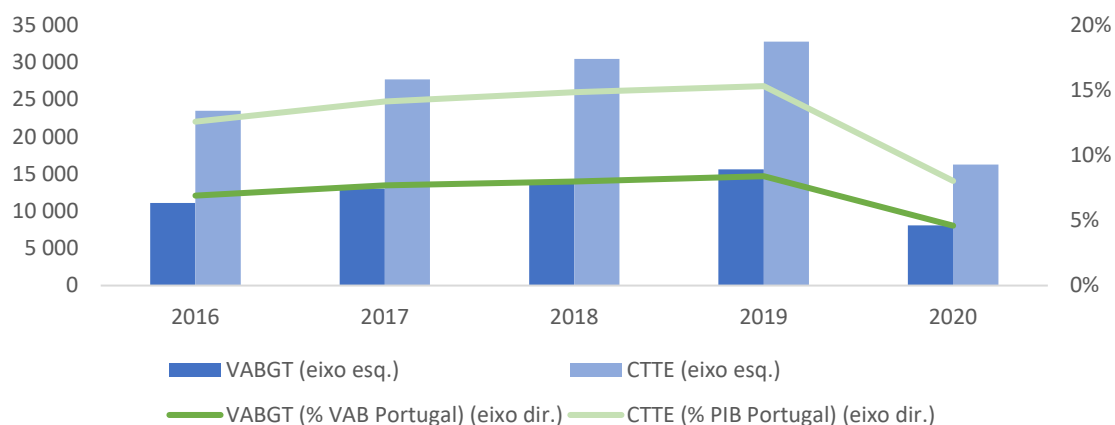
Figura 2.1. Valor acrescentado bruto (VAB) e valor acrescentado bruto gerado pelo Turismo (VABGT) (em milhões de euros); Variação anual (VA) (%)



Fonte: INE; Contas Nacionais; Conta Satélite do Turismo

O VAB gerado pelo turismo atingiu 15.635 milhões de euros em 2019, representando 8,4% do VAB nacional. No entanto, em 2020 esse valor não excedeu 8.105 milhões de euros, assumindo um peso de 4,6% no VAB de Portugal. Variações semelhantes verificam-se quanto ao consumo do turismo no território económico (CTTE), que em 2019 era de 32.776 milhões de euros (15,3% do PIB) e em 2020 diminuiu para 16.273 milhões de euros (8,0% do PIB).

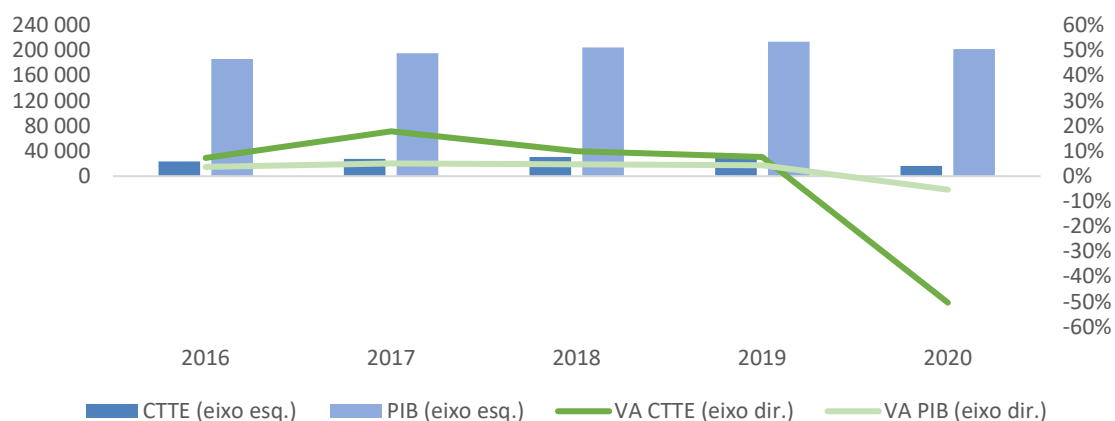
Figura 2.2. Proporção do VAB gerado pelo Turismo (VABGT) e consumo do turismo no território económico (CTTE) (em milhões de euros) no valor acrescentado bruto e no produto interno bruto nacionais (%), Variação anual (VA)



Fonte: INE; Contas Nacionais; Conta Satélite do Turismo

O CTTE tinha vindo a crescer a um ritmo superior ao PIB em termos nominais no decurso dos últimos anos, demonstrando a importância das atividades associadas ao turismo no desenvolvimento da economia portuguesa. Em 2017, o CTTE era de 27.700 milhões de euros, registando uma variação anual de 17,9%, quando em 2016 fora de 23.500 milhões de euros. O ano de 2020 ficou marcado por uma redução superior a 50% do CTTE face ao ano anterior (32.776 milhões de euros em 2019, 16.273 milhões de euros em 2020).

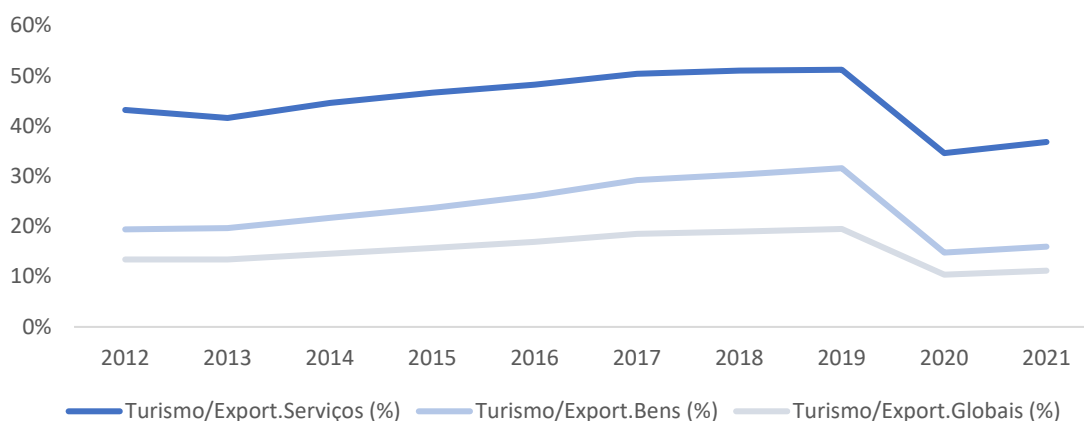
Figura 2.3. Consumo do turismo no território económico (CTTE) e PIB (em milhões de euros); Variação anual (VA) (%)



Fonte: INE; Contas Nacionais; Conta Satélite do Turismo

A proporção das receitas turísticas nas exportações de serviços aumentou gradualmente desde 2014, representando mais de metade destas em 2019 – 51,6%. Os efeitos da pandemia resultaram na sua redução para 34,6% em 2020, havendo já sinais de ligeira recuperação em 2021, com a proporção a circunscrever-se a 36,8%. Tendência semelhante verificou-se no peso das receitas turísticas nas exportações globais seguindo-se ao valor máximo de 19,5% em 2019, 10,4% em 2020 e 11,2% em 2021.

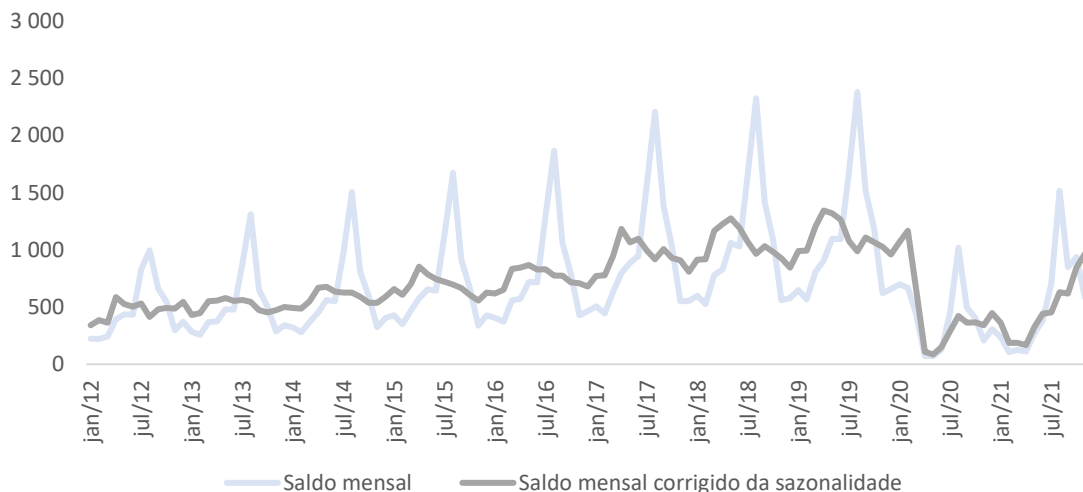
Figura 2.4. Proporção (%) das receitas turísticas nas exportações; Anual



Fonte: INE; Contas Nacionais; Conta Satélite do Turismo

O saldo da rubrica “Viagens e turismo”, computado a partir da diferença entre o crédito e o débito da mesma, tem sido marcado por crescimentos anuais significativos desde 2012. Embora as despesas dos residentes com a rubrica em território estrangeiro tenham registado crescimentos anuais desde 2014, o ritmo de crescimento anual das despesas dos não-residentes com a rubrica, em território nacional, tem sido muito superior, atingindo um saldo acumulado de 13.167 milhões de euros em 2019, valor mais elevado de sempre. Porém, regista-se que em 2020 a redução expetável no saldo das “Viagens e turismo” face a 2019 compreendeu um maior decréscimo nos valores de crédito (-57,8%) do que nos valores de débito (-46,5%).

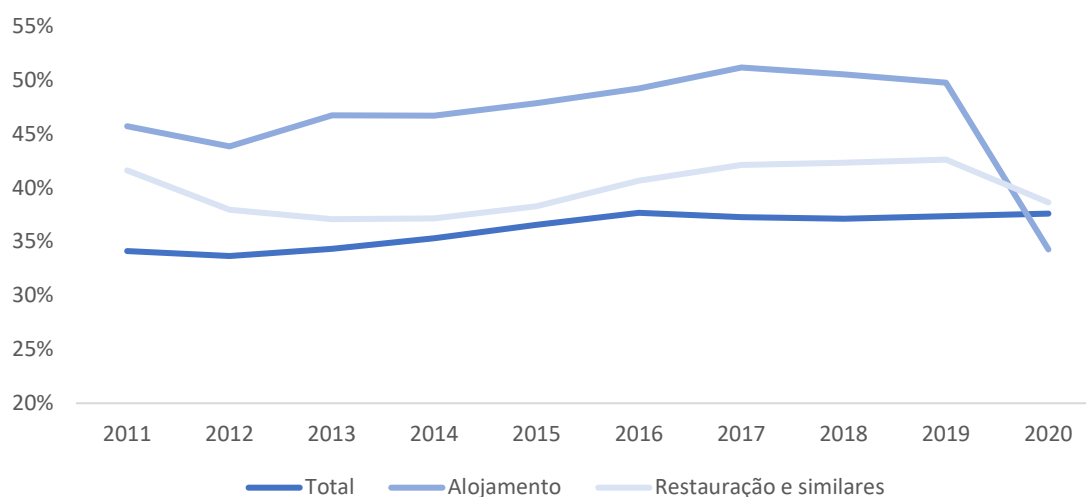
Figura 2.5. Saldo (em milhões de euros) da rubrica Viagens e turismo corrigido da sazonalidade; Mensal



Fonte: Banco de Portugal; Balança de Pagamentos

Na última década, a taxa de VAB das empresas (i.e. peso do VAB por unidade produzida) cuja atividade se circunscreve ao alojamento manteve-se sempre superior àquela para o total das empresas. Contudo, em 2020 o peso do VAB em cada unidade produzida situou-se nos 34,3%, inferior aos números verificados para o total das empresas, bem como para a restauração e similares, e abaixo do valor que sustentava em 2019 (49,8%).

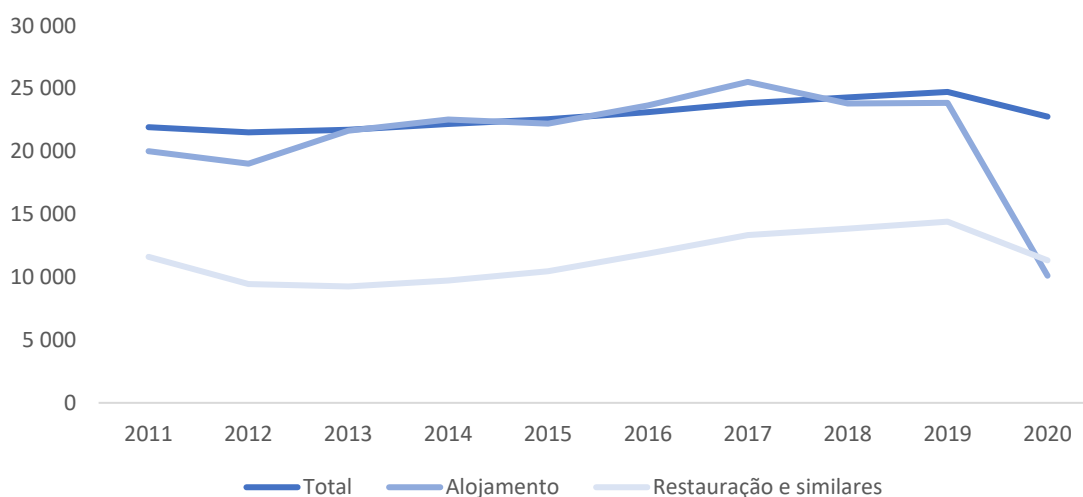
Figura 2.6. Taxa de valor acrescentado bruto (%) das empresas por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual



Fonte: INE; Sistema de contas integradas das empresas

Quanto à produtividade aparente do trabalho, calculada através do VAB gerado por cada unidade de pessoal ao serviço, verificamos que o setor do alojamento se manteve em linha com a totalidade dos outros setores de atividade desde 2013, chegando inclusivamente a superar os restantes setores em 2017, quando a produtividade aparente do trabalho se cifrou nos 25.538 euros. Em contrapartida, em 2020, o VAB gerado por cada trabalhador no setor do alojamento (10.117 euros) era cerca de 44,4% do VAB gerado por cada trabalhador em todos os outros setores (22.779 euros), sendo até inferior à produtividade aparente do trabalho na restauração e similares (11.344 euros).

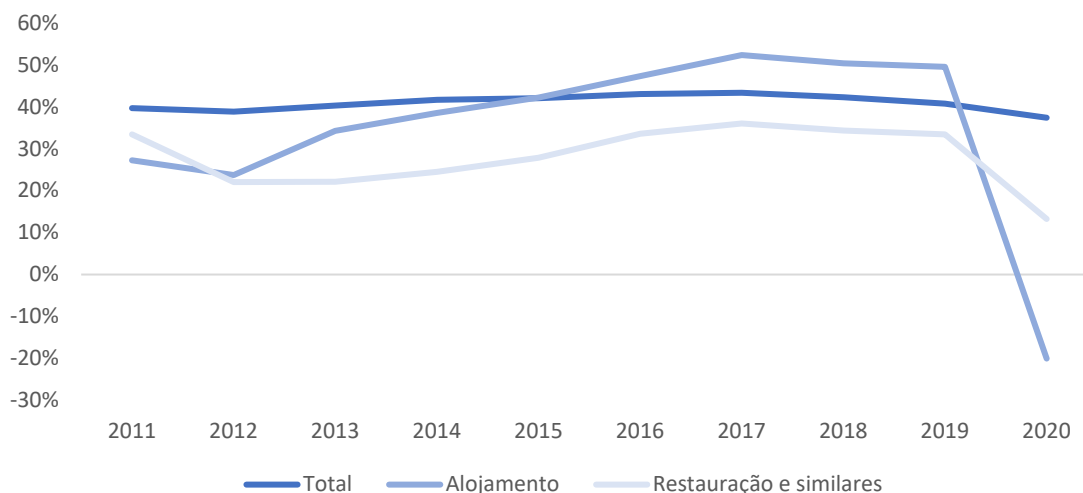
Figura 2.7. Produtividade aparente do trabalho (em euros) nas empresas por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) e Forma jurídica; Anual



Fonte: INE; Sistema de contas integradas das empresas

Atingindo em 2012 - ano em que a contração do PIB alcançou os 4,1% - aquele que até 2019 fora o valor mais baixo do peso do excedente bruto de exploração (EBE) no valor acrescentado bruto para a década, a remuneração do fator capital no alojamento aumentou significativamente, com um peso de 49,6% no VAB em 2019, tendo-se situado nos -20,1% em 2020, o que constitui um défice resultante das atividades produtivas. Já na restauração e similares, o peso do excedente bruto também registou crescimento consecutivos desde 2013, embora numa escala menor do que a do alojamento. No entanto, o peso do EBE no VAB correspondeu a 33,4% em 2019 e 13,3% em 2020, redução menos drástica do que aquela verificada pelo alojamento. Acrescente-se que, comparando com o total das atividades económicas, as reduções neste indicador foram mais expressivas para as duas atividades discriminadas no ano de 2020, confirmando-se um maior impacto das medidas de contenção da pandemia.

Figura 2.8. Peso do excedente bruto (EBE) de exploração no valor acrescentado bruto (VAB) (%) das empresas por atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual



Fonte: INE; Sistema de contas integradas das empresas

Como referimos anteriormente, 2020 ficou marcado pela pandemia da COVID-19 e pelo choque económico associado, tanto do lado da oferta, como da procura. Dois dias após a Organização Mundial da Saúde declarar uma pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2, o Governo, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-A/2020, de 13 de março, anunciou um conjunto de apoios visando combater as consequências da COVID-19 na economia, num momento de paralisação da atividade das empresas, evitando assim a destruição irreversível de empregos e de capacidade produtiva.

Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março, veio a enquadrar um apoio extraordinário à manutenção de contratos de trabalho em situação de crise empresarial (designado *lay-off*), que podia ser requerido pelas empresas que:

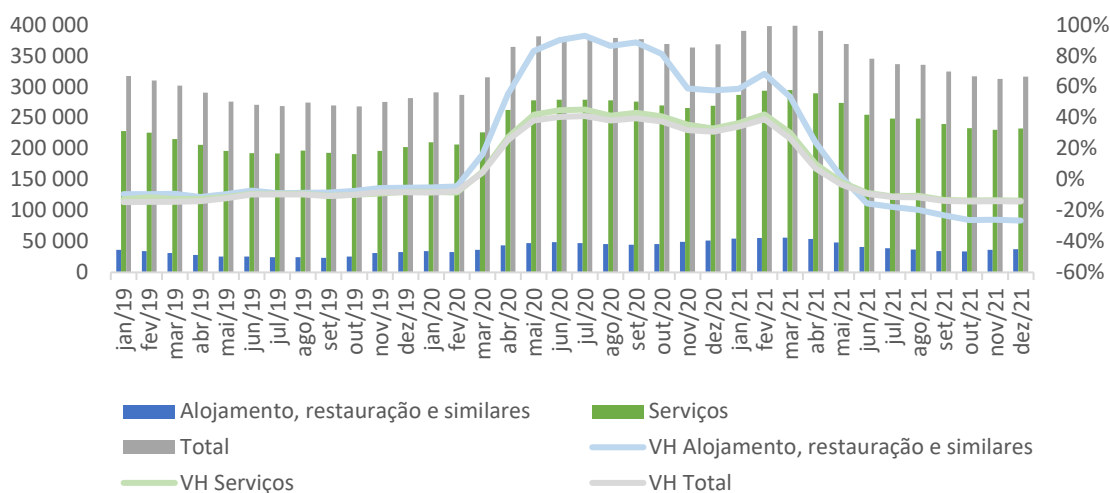
- Apresentassem uma quebra abrupta e acentuada de, pelo menos, 40% da faturação no período de trinta dias anterior ao do pedido junto dos serviços competentes da segurança social, com referência à média mensal dos dois meses anteriores a esse período, ou face ao período homólogo do ano anterior;
- Se encontrassem encerradas total, ou parcialmente, por motivo da natureza da sua atividade, de acordo com aquela que foi a execução² do estado de emergência decretado pelo Presidente da República a 8 de março de 2020³.

² Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/2-a-2020-130473161>

³ Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-presidente-republica/14-a-2020-130399862>

Ao empregador caberia suportar 30% de 2/3 da retribuição mensal ilíquida de cada trabalhador abrangido por este esquema – com a Segurança Social a cobrir os restantes 70% –, nos casos de suspensão do contrato, ou, em circunstâncias de redução do período normal de trabalho, o trabalhador seria compensado na extensão de lhe ser assegurado o montante mínimo de 2/3 da remuneração normal ilíquida, ou o valor da Remuneração Mínima Mensal Garantida correspondente ao seu período normal de trabalho, consoante o que fosse mais elevado. Apesar deste regime, que se manteve inalterado até 31 de julho, constatamos que o número de desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional, que anteriormente haviam trabalhado em alojamento ou restauração, cresceu substancialmente até junho, reduzindo-se depois até setembro, embora a variação homóloga reportada fosse bastante elevada. Já em março de 2021, registaram-se 56.069 desempregados provenientes desta atividade, o valor mais elevado em período pandémico, valor muito influenciado pelas sucessivas declarações de estado de emergência, e respetivas medidas de confinamento, decretadas até 1 de maio.

Figura 2.9. Desemprego registado por sector de atividade económica e atividade económica (Secção - CAE Rev. 3) de origem do desemprego; Variação homóloga (%); Mensal



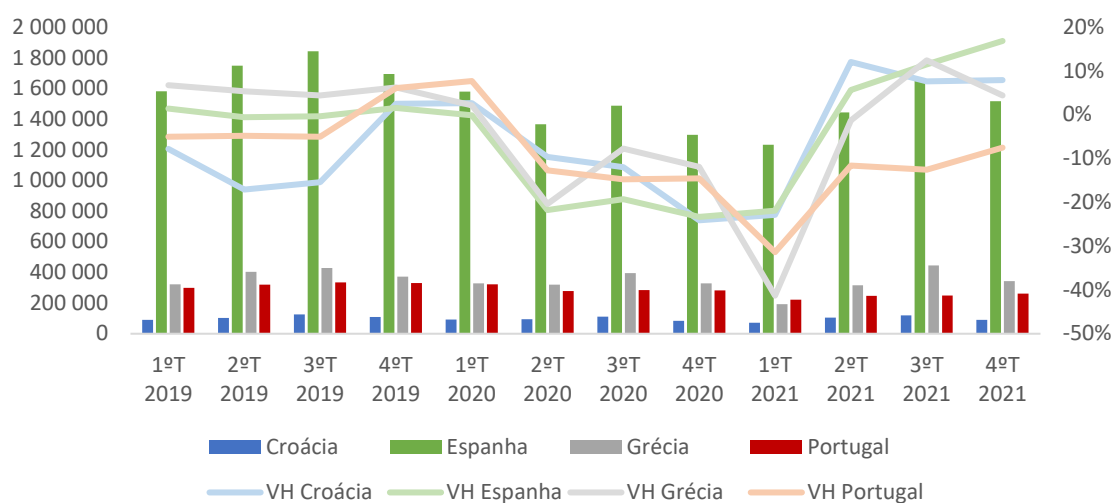
Fonte: IEFP; Estatísticas Mensais do Mercado de Emprego

Numa comparação com três dos países da Europa do Sul onde o setor do turismo assume também uma clara relevância na economia nacional, a população empregada em alojamento e restauração em Portugal foi de 278.000 no segundo trimestre de 2020, quando no primeiro trimestre desse ano tinha sido 322.700. No entanto, a taxa de variação homóloga para o quarto trimestre de 2020 foi de -14,6%, superior à espanhola e croata, sugerindo que a

destruição de postos de trabalho nos meses posteriores ao verão não foi tão significativa como naqueles destinos.

Já em 2021, no terceiro e quarto trimestres do ano, enquanto Croácia, Espanha e Grécia tinham variações homólogas positivas, Portugal registava um menor número de pessoas empregadas quando comparado com o mesmo período do ano transato (-12,5% no terceiro trimestre e -7,6% no quarto trimestre).

**Figura 2.10. População empregada em alojamento e restauração (Nace Rev. 2);
Variação homóloga (VH) (%); Trimestral**



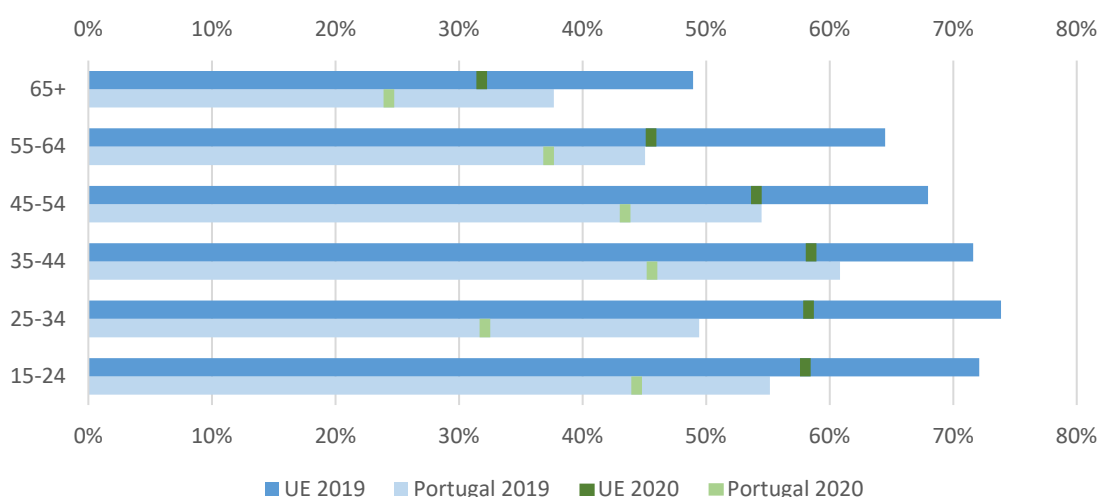
Fonte: Labour Force Survey, Eurostat, 2022 (TOUR_LFSQ1R2)

3. Turismo em Portugal e na União Europeia no contexto da pandemia da COVID-19

O impacto da pandemia não se circunscreveu às fronteiras nacionais, tendo o seu impacto sido generalizado. Os países no espaço da União Europeia (UE) desenharam diferentes políticas públicas, em distintos momentos, para impedir a propagação do vírus nas comunidades. A comparação entre os dados de 2019 e os dados de 2020 permite aferir de que modo os comportamentos foram alterados e quão expressivas foram estas flutuações.

No que concerne à participação no turismo por escalões etários, **a parcela da população portuguesa que tinha feito pelo menos uma viagem turística por motivos pessoais, independentemente da idade, era consideravelmente menor do que a média ponderada para a UE.** Em particular, a diferença percentual entre a média para a população europeia e a população portuguesa com idades compreendidas no intervalo dos 25-34 anos era de 24,4% em 2019 e ultrapassou os 26,0% em 2020. Por outro lado, para a população entre os 55-64 anos, houve uma aproximação de Portugal face à média europeia em 2020, com um diferencial de 8,1%, quando em 2019 fora de quase 19,4%. De referir que a participação no turismo pela população com idade superior a 65 anos, portadora de um maior número de comorbilidades que a tornava mais vulnerável ao desenvolvimento de uma sintomatologia severa no caso de infeção pelo vírus SARS-CoV-2, não se reduziu de forma mais vincada do que nas restantes faixas etárias⁴.

Figura 3.1. Participação no turismo por motivos pessoais, por escalão etário (% da população desse grupo) (uma ou mais noites); Anual

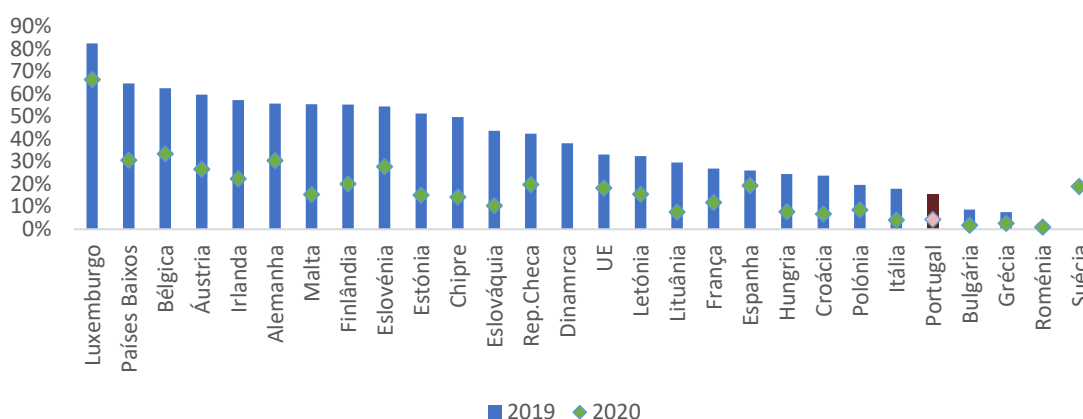


Fonte: Eurostat (TOUR_DEM_TOAGE)

⁴ Sharangpani *et al* (2011) concluíram que os passageiros idosos de transporte aéreo estavam mais dispostos a adotar medidas protetoras da sua saúde em casos de pandemias de influenza. Pelo contrário, Graham *et al* (2020) num inquérito conduzido em junho de 2020, reportam que quase dois terços dos inquiridos acima dos 65 anos admitiam fazer viagens aéreas nos próximos doze meses.

Para além de contar com uma reduzida participação turística da sua população, **Portugal destaca-se enquanto um dos países da UE onde a população menos se encontra envolvida no turismo internacional na ótica do consumidor.** Assim, no ano 2019, Portugal (15,7%) junta-se à Roménia (2,5%), Grécia (7,6%) e Bulgária (8,7%) como os Estados-membros nos quais uma menor parcela da população pernoitou pelo menos uma noite em país estrangeiro. Em Portugal, de entre aqueles que fizeram pelo menos uma viagem turística, os que se remeteram exclusivamente ao território nacional representaram 68,1% dos primeiros, valor apenas ultrapassado pelos três países atrás mencionado e pela Polónia. Já em 2020, as medidas de contenção da pandemia, como o encerramento de atividades não essenciais, o dever geral de recolhimento domiciliário e a imposição de períodos de isolamento após viagem a partir de certas proveniências, determinaram que em todos os países se reduzisse a participação dos residentes no turismo internacional.

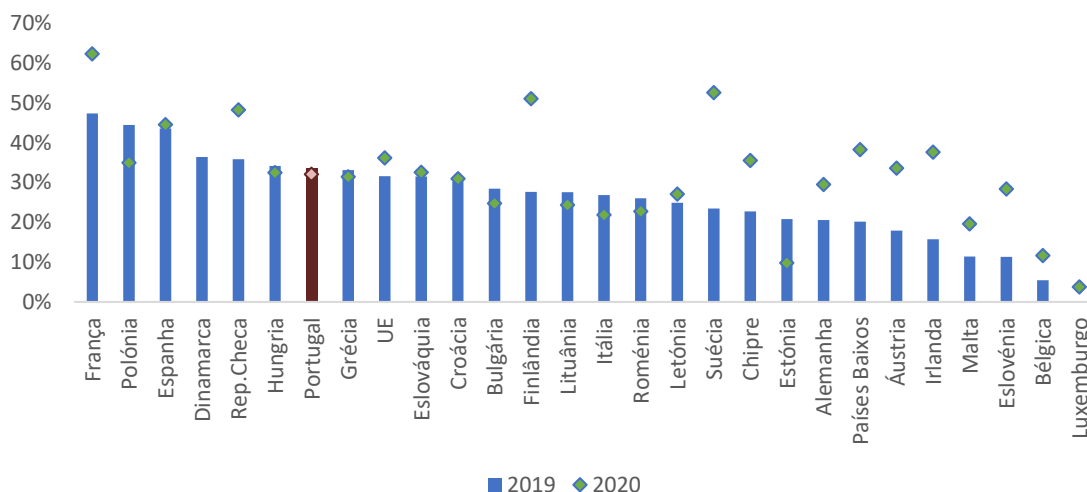
Figura 3.2. Participação no turismo por motivos pessoais (% população) em país estrangeiro (uma ou mais noites); Anual



Fonte: Eurostat (TOUR_DEM_TOTOT)

Como vimos, **a participação no turismo internacional decresceu no ano 2020.** Por outro lado, em quase todos os Estados-membros assistiu-se a um **crescimento do turismo efetuado pelos residentes** dessa circunscrição geográfica, revelando, possivelmente, uma adaptação dos turistas face às restrições mais robustas que se colocavam na eventualidade de se realizar uma viagem a um país terceiro. Os crescimentos de maior destaque remetem àqueles Estados cuja profundidade do envolvimento da população no turismo internacional era superior à média da UE, no ano anterior ao do início da pandemia. Apenas França, onde em 2019 a proporção de turistas residentes com pelo menos uma viagem ao estrangeiro (26,9%) era inferior à média europeia (33,2%), teve um aumento pronunciado no número de turistas residentes que em 2020 pernoitaram somente em território nacional (47,4% em 2019; 62,4% em 2020). Em Portugal, essa proporção desceu ligeiramente de 33,6% em 2019, para 32,1% em 2020.

Figura 3.3. Participação no turismo por motivos pessoais (% população) em todos os países do mundo e no país de residência (uma ou mais noites)⁵; Anual

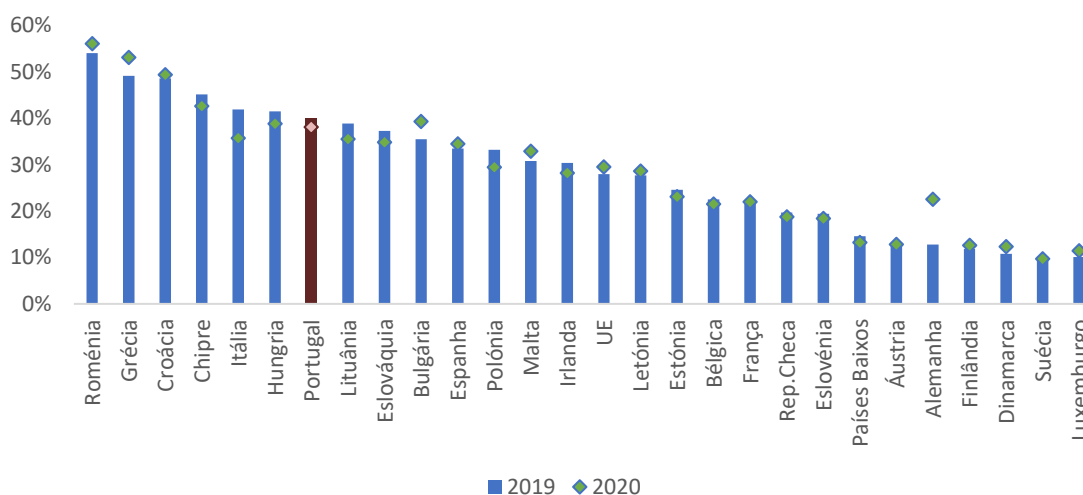


Fonte: Eurostat (TOUR_DEM_TOTOT)

Em 2019, Portugal era um dos países da UE onde maior dificuldade existia em suportar os custos de uma semana de férias fora de casa por ano, com 40% dos agregados familiares a inserirem-se nesta classificação, quando para a UE a média se cifrava nos 28%. Para o conjunto de Estados-membros, o ano de 2020 agravou a incapacidade de as famílias suportarem tal despesa, com o maior diferencial a ser registado na Alemanha, onde o valor quase duplicou em relação a 2019. Já Portugal foi um dos países nos quais esta tendência não se verificou, ocorrendo inclusivamente uma redução no número de agregados familiares incapazes de efetuar uma semana de férias por ano (38,1% em 2020).

⁵ Dados referentes à Suécia remetem para o ano 2018.

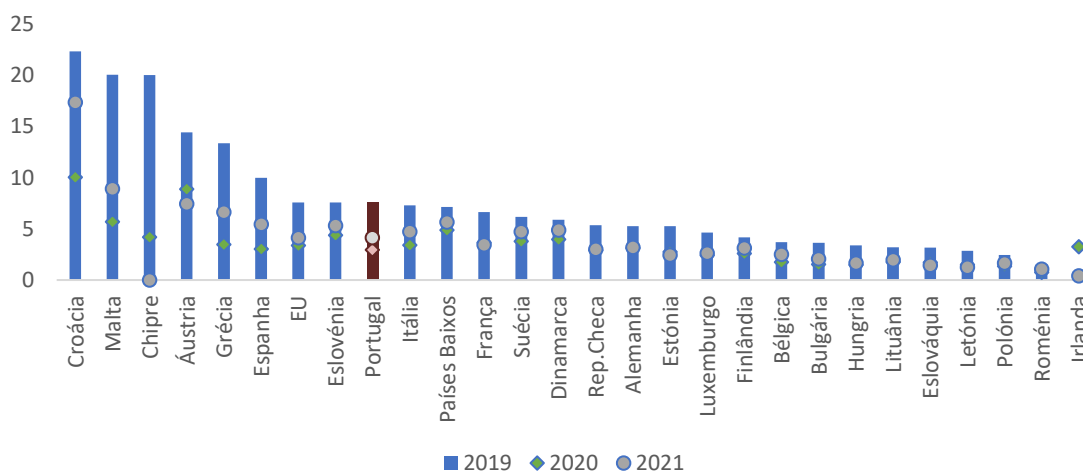
Figura 3.4. Incapacidade de suportar uma semana de férias fora de casa no período de um ano (% dos agregados familiares); Anual



Fonte: European Union Statistics on Income and Living Conditions, Eurostat (ilc_mdcs02)

A **pressão demográfica**, calculada pela relação entre o número total de dormidas e a população residente no país em questão, **reduziu-se consideravelmente em 2020**. Portugal, sendo um dos países com maior pressão demográfica em 2019, embora abaixo da média europeia, contando 7,6 pernoitas por habitante, caiu de oitavo para décimo-sexto Estado-membro com maior pressão demográfica em 2020, muito devido a um decréscimo assinalável no número de dormidas.

Figura 3.5. Pressão demográfica⁶; Anual

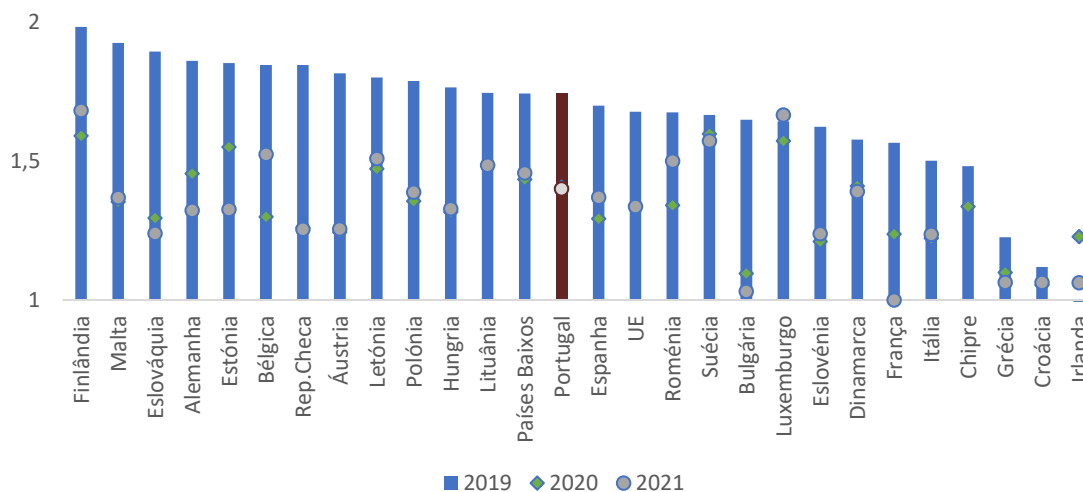


Fonte: Eurostat (TOUR_OCC_NIM); Eurostat (TPS00001)

⁶ Cálculos dos autores.

O índice de sazonalidade consiste no cálculo da relação entre as dormidas totais registadas para um ano civil e o número acumulado das dormidas nos cinco meses com maior procura turística – o índice varia assim entre 1 (correspondente à maior sazonalidade em que todas as dormidas estão concentradas nos 5 meses de maior procura) e 2,4 (correspondente a uma distribuição equitativa da procura). Na Figura 3.6. constatamos que num cenário pré-pandémico eram os países caracterizados por maior exposição solar e mais elevadas temperaturas no verão, assim como uma ampla zona costeira, que apresentavam uma sazonalidade superior no número de dormidas. Não obstante, os **países ibéricos reuniam índices de sazonalidade** (1,70 para Espanha e 1,74 para Portugal) **acima da média da UE** (1,68), indiciando uma distribuição mais equitativa das dormidas pelos doze meses do ano e um desequilíbrio mais contido no que concerne à concentração das dormidas na época de Verão. Adicionalmente, verificamos que, de 2019 para 2020, este valor decresceu em quase todos os países da UE, indicando um aumento da sazonalidade, muito devido às restrições à mobilidade e ao regular funcionamento das atividades económicas que foram sentidas a partir de março de 2020 e prejudicaram, particularmente, o volume de viagens e estadias em abril, maio, novembro e dezembro. Em 2021, devido às restrições que prevaleceram no primeiro e parte do segundo trimestre, o índice de sazonalidade permaneceu, globalmente, muito próximo ao de 2020, sendo a média da UE de 1,34 em ambos os casos.

Figura 3.6. Índice de sazonalidade⁷; Anual

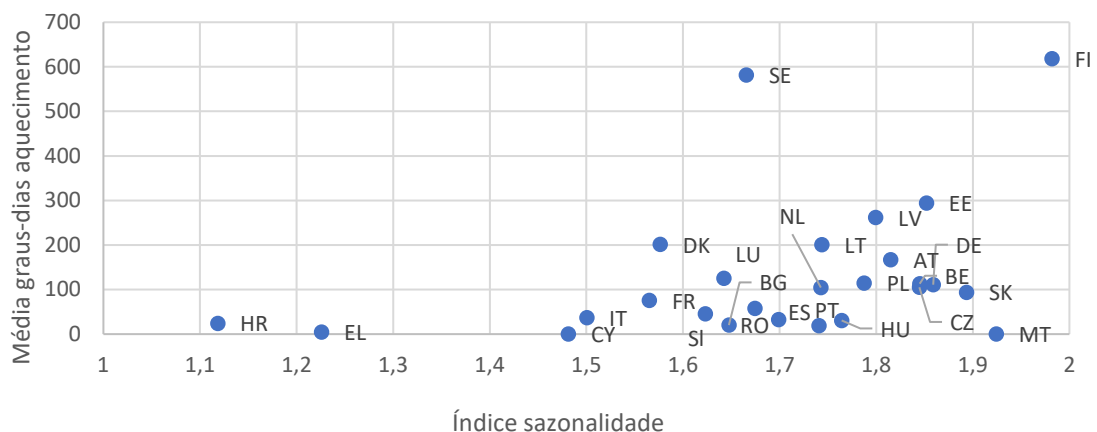


Fonte: Eurostat (TOUR_OCC_NIM)

⁷ Dados referentes à Bulgária remetem para o ano 2018.
Cálculos dos autores.

Considerando os fatores supramencionados como podendo desempenhar um efeito significativo no índice de sazonalidade, o gráfico seguinte (Figura 3.7) relaciona esse valor com o valor médio dos graus-dias de aquecimento para os meses veranis do ano 2019. O indicador dos graus-dias de aquecimento afere a severidade do frio com base na diferença entre a temperatura base estabelecida e a temperatura média diária, computando as necessidades de aquecimento de um dado local. Neste contexto, valores menores nos graus-dias de aquecimento traduzem temperaturas médias mais elevadas em junho, julho, agosto e setembro para os países em questão, destinos mais atrativos na época de veraneio e que poderiam conduzir a uma maior concentração do número total de dormidas nestes meses. Porém, não se denota uma correlação firme entre ambos.

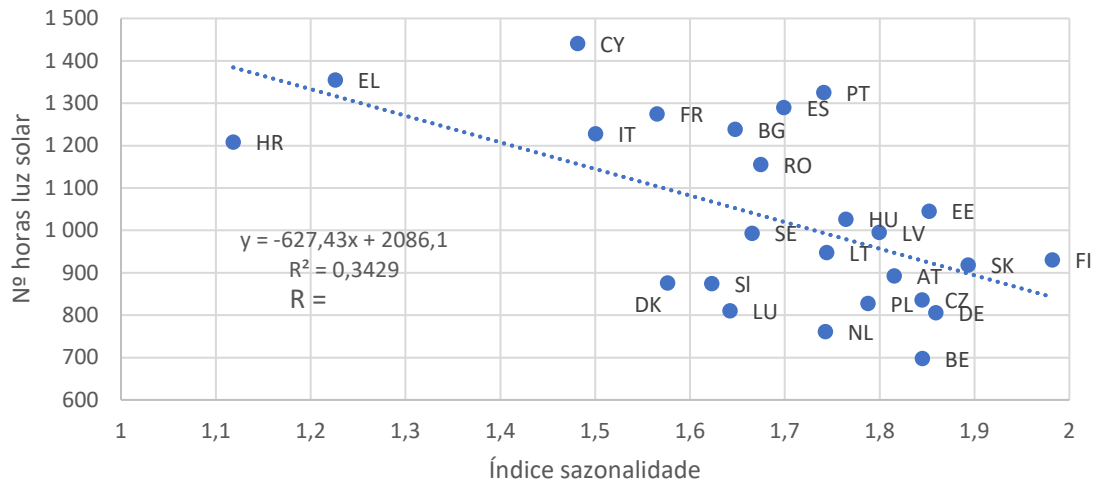
Figura 3.7. Relação entre o índice de sazonalidade e a média para os meses veranis dos graus-dias de aquecimento; 2019



Fonte: Eurostat (TOUR_OCC_NIM); Eurostat (NRG_CHDDR2_A)

Para a variável “média de horas de luz solar para os meses veranis” recorremos aos dados recolhidos pela *World Meteorological Organization* no espaço que se estende entre 1961 e 1990. Optou-se por escolher a cidade com a maior média de horas de brilho solar para cada país, retirando os valores afetos aos meses de junho, julho, agosto e setembro. Com um R de Pearson de -0,586, comprova-se uma correlação negativa de intensidade moderada entre ambas as variáveis, de acordo com a qual os **países detentores de um maior número médio de horas de luz solar no período temporal compreendido reportam uma maior sazonalidade no número de dormidas anuais.**

Figura 3.8. Relação entre o índice de sazonalidade (2019) e a média de horas de luz solar para os meses veranis (1961-1990)



Fonte: Sunshine – mean number of hours, World Meteorological Organization Standard Normals

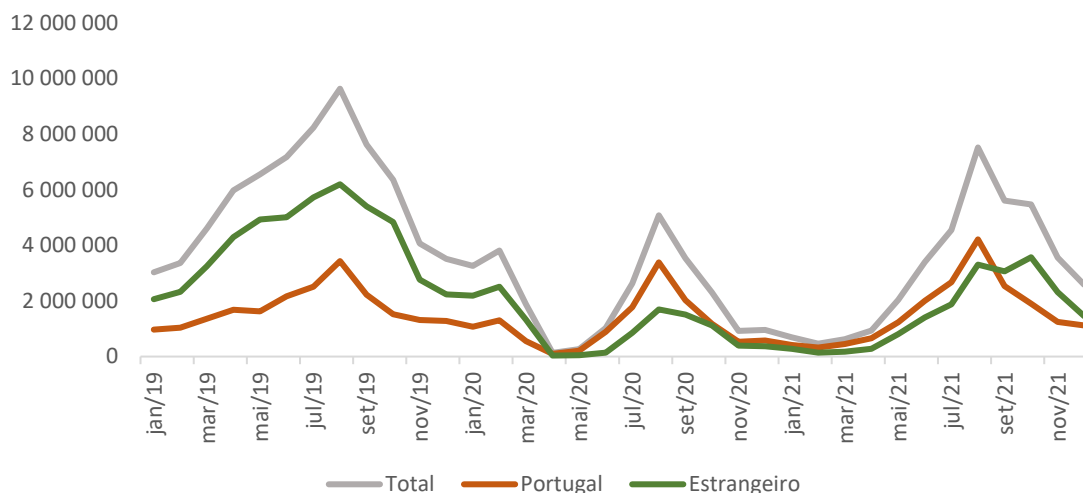
4. COVID-19 e o impacto sobre o Turismo

Portugal, que se vinha assumido como um destino incontornável nas rotas de turismo internacional, sofreu pronunciadas quedas nos mais diversos indicadores turísticos de 2020 e, de maneira menos significativa, de 2021. O sector ressentiu-se significativamente, sobressaindo a **maior exposição**, por um lado, e a **maior resiliência**, por outro, que determinadas áreas geográficas e segmentos de alojamento demonstraram ao longo deste período.

O número de dormidas nos estabelecimentos turísticos decresceu consideravelmente desde março de 2020, com abril desse mesmo ano a registar 133.212 dormidas, comparando com as 1.875.506 dormidas do mês anterior e as 5.981.300 dormidas do período homólogo de 2019 – respetivamente, variações de -92,9% e -97,8%.

De notar que, para o período de referência expresso na Figura 4.1., se antes de abril de 2020 o número de dormidas dos residentes em país estrangeiro havia sido superior à dos residentes em território nacional, o cenário foi o oposto até setembro de 2021, momento em que o número de dormidas dos primeiros voltou a ser superior à dos segundos, assim permanecendo até o fim desse ano. A tendência identificada desde o começo da pandemia, de uma inversão da preponderância assumida pelos turistas consoante o local de residência, retornou aos valores pré-pandémicos.

Figura 4.1. Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por local de residência; Mensal

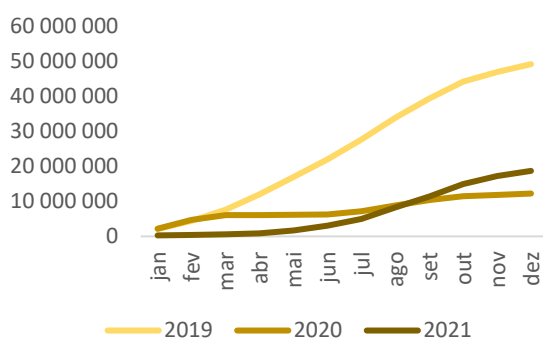


Fonte: INE; Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos, dezembro 2021

As dormidas por residentes no estrangeiro para o ano de 2019 situaram-se nos 49.051.832, 12.199.690 em 2020 e 18.651.575 em 2021, variações de -75,1% e -62,0 % tendo por referência o valor de 2019.

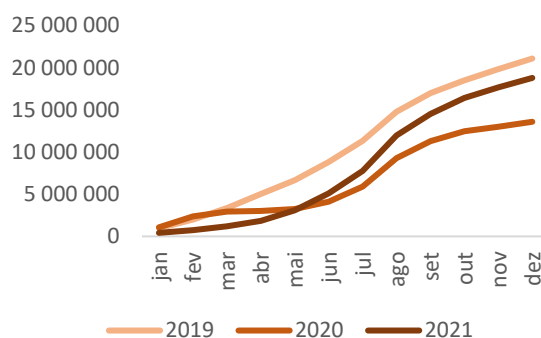
Já o decréscimo nas dormidas de residentes nacionais não foi tão pronunciado, com os números relativos aos períodos supracitados a evoluírem de 21.107.132 para 13.598.609 em 2020 e posteriormente para 18.804.210 em 2021, representando variações de -35,6% e -10,9% tendo por referência o valor de 2019.

Figura 4.2. Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por residentes no Estrangeiro; Mensal; Valores acumulados



Fonte: INE; Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos, dezembro 2021

Figura 4.3. Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por residentes em Portugal; Mensal; Valores acumulados

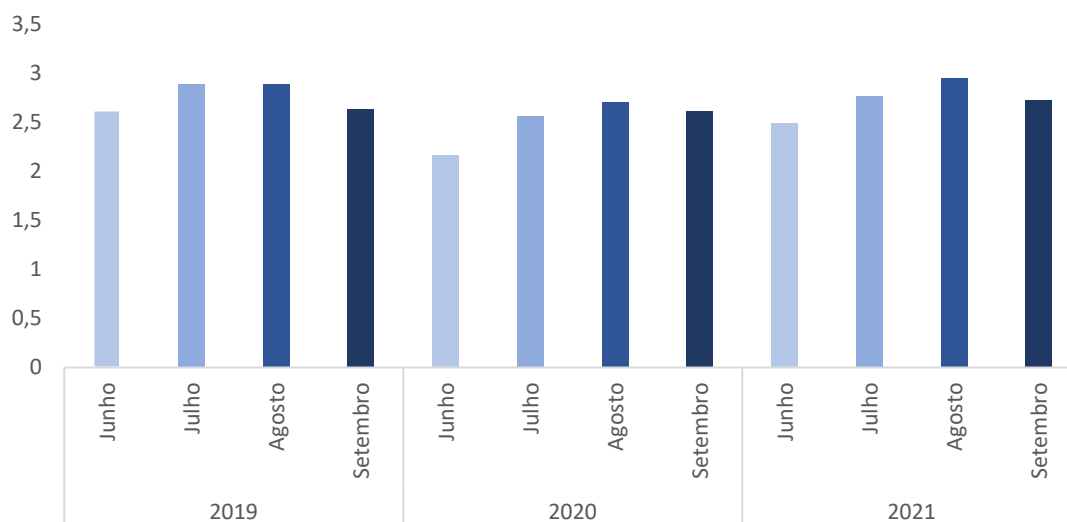


Fonte: INE; Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos, dezembro 2021

Tanto o número de hóspedes e de dormidas, como igualmente a estada média decresceram neste período. Para cada um dos meses em estação estival, a estada média em 2020 foi inferior àquela de 2019, com o mês de junho a ser aquele em que se identifica uma maior redução e o de setembro uma menor – respetivamente, 2,62 noites em 2019 para 2,16 noites em 2020 (redução de 17,4%); e de 2,63 noites em 2019 para 2,61 noites em 2020 (redução de 0,7%).

Tendo como referência o ano de 2020, a estada média em 2021 aumentou em todos os meses veranís. Adicionalmente, a estada média em agosto e setembro de 2021 superou a reportada para os mesmos meses de 2019, com crescimentos de 2,3% e 3,4%.

Figura 4.4. Estada média (número de noites passadas) nos estabelecimentos de alojamento turístico em época estival; Anual



Fonte: INE; Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos, dezembro 2021

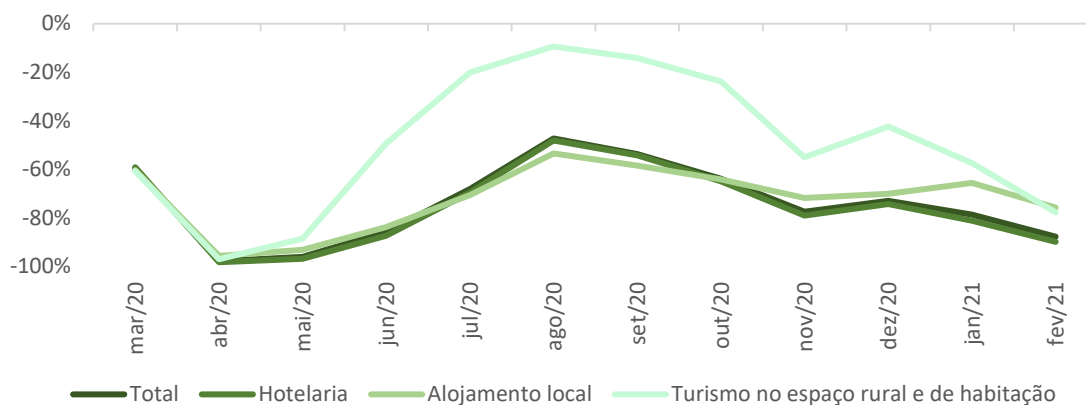
Os meses de abril e maio de 2020 foram aqueles em que se registou uma maior variação negativa em relação ao mesmo período de 2019, com reduções de 97,8% e 96% para o total dos estabelecimentos de alojamento turístico. Uma ligeira recuperação iniciou-se em junho, mas foi em agosto (-47,2%) e setembro (-53,6%) que as reduções foram menos expressivas.

Saliente-se que no segmento do turismo no espaço rural e de habitação as reduções do número de dormidas foram bastante menos significativas do que nos restantes segmentos⁸. Os valores em agosto e em setembro de 2020 não distaram em tão grande medida daqueles de 2019 – decréscimos de 9,4% e 14,1%.

De outro modo, a hotelaria foi o segmento com maiores perdas no número de dormidas desde março de 2020.

⁸ Visitar o artigo de Marques *et al* (2021), no qual se atesta a existência do fenómeno fazendo uso de outra metodologia.

Figura 4.5. Variação homóloga (%) do número de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por segmento⁹; Mensal



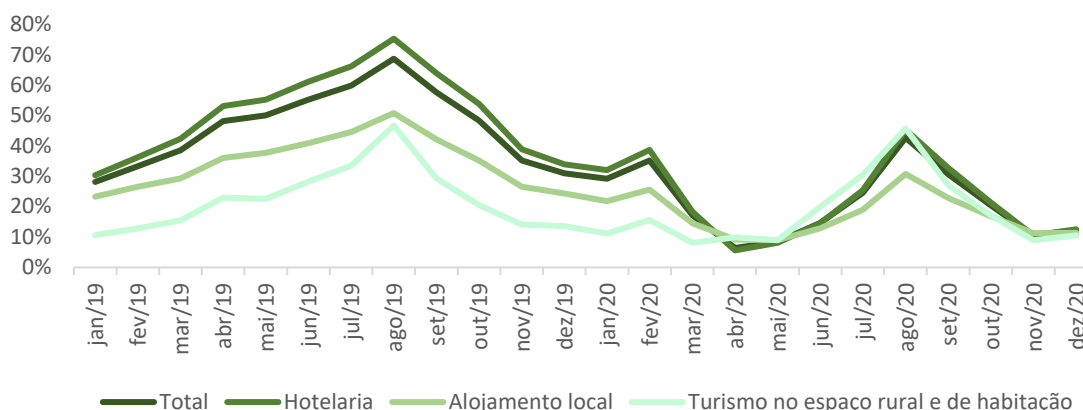
Fonte: INE; Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos

A taxa líquida de ocupação-cama nos estabelecimentos de alojamento turístico para o ano de 2020 cifrou-se nos 21,0%, o que compara com 46,2% de 2019. Se não considerarmos os primeiros dois meses do ano, desconexos do contexto pandémico, a taxa líquida de ocupação-cama média atingiria os 18,8%.

Fica, deste modo, uma vez mais evidente que **as variações no turismo no espaço rural e de habitação não são tão vincadas e que a hotelaria foi o segmento que mais contraiu** desde março de 2020. Se em agosto de 2019 a taxa líquida de ocupação-cama nos estabelecimentos hoteleiros apontava para 75,3% e o mesmo indicador nos estabelecimentos de turismo no espaço rural e de habitação para 46,7%, em agosto de 2020, os valores eram de 45,3% e 45,7%, respetivamente.

⁹ É considerado o alojamento local com pelo menos dez camas.

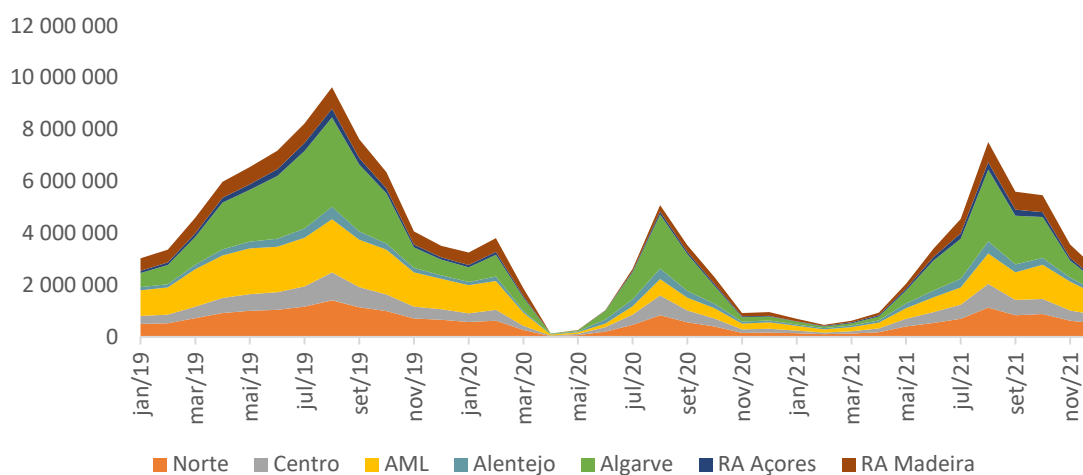
Figura 4.6. Taxa líquida de ocupação-cama (%) nos estabelecimentos de alojamento turístico por segmento; Mensal



Fonte: INE; Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos

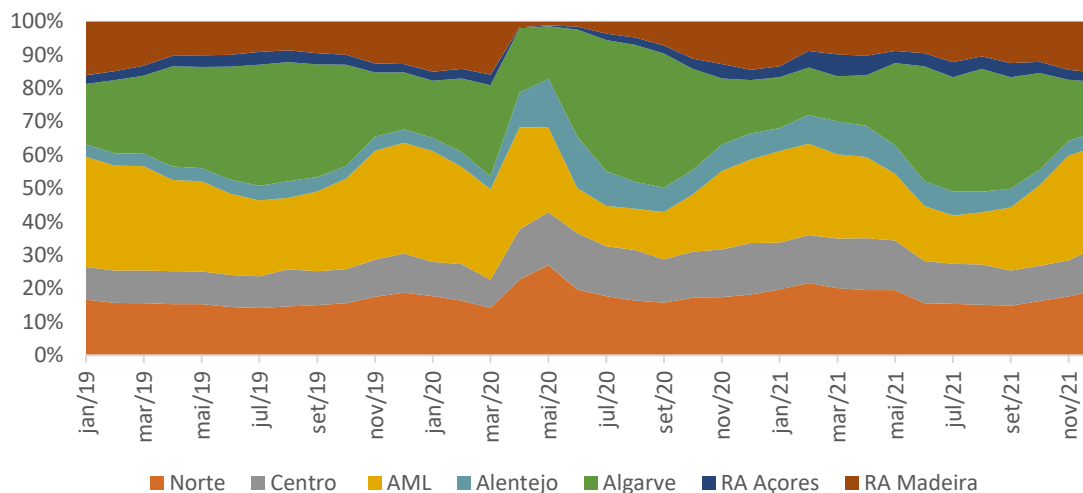
Como vimos anteriormente, a diminuição do número de dormidas em Portugal foi considerável desde março de 2020. De entre as regiões abrangidas pela classificação NUTS II, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) registou uma maior redução no número de dormidas. Se em 2019, a quota da AML no número total de dormidas em território nacional era de 26,6%, em 2020 foi de 20,4%. Por outro lado, o Centro e o Alentejo, que em 2019 detinham uma parcela de 10,2% e 4,2% no número total de dormidas em Portugal, em 2020 assumiam 13,0% e 7,1% delas.

Figura 4.7. Número de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por localização geográfica; Mensal



Fonte: INE; Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos

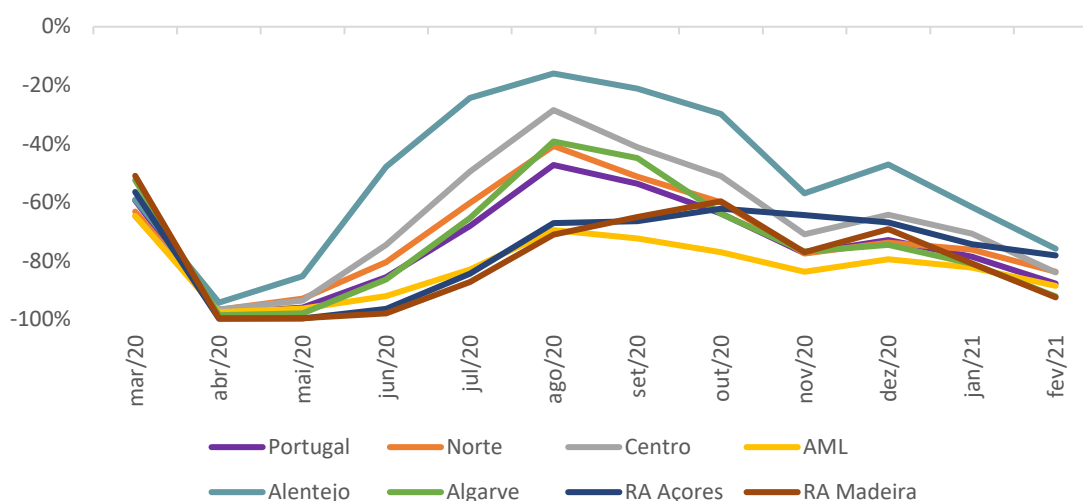
Figura 4.8. Quota (%) de cada localização geográfica no número total de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico; Mensal



Fonte: INE; Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos

No primeiro ano em contexto pandémico, a região do **Alentejo foi a que consecutivamente apresentou menores variações negativas em relação ao mesmo período do ano anterior**, seguida pelo Centro, com exceção de novembro de 2020 e fevereiro de 2021. Comparativamente, verifica-se nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira os maiores decréscimos nos meses de verão, juntamente com a AML.

Figura 4.9. Variação homóloga (%) do número de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por localização geográfica; Mensal

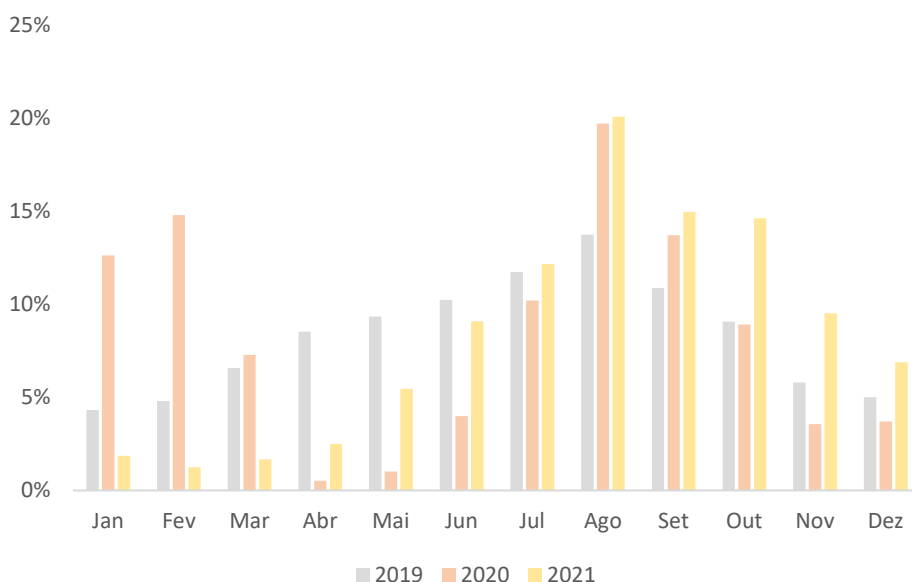


Fonte: INE; Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos

O período estival, no qual o efeito da sazonalidade é mais sentido, correspondeu em 2019 aos meses com a maior concentração de dormidas em território nacional. Esse cenário veio a alterar-se em 2020, já que com as restrições ao direito de circulação e às liberdades económicas impostas pelo Decreto-Lei n.º 2-A/2020, de 20 de março, e consecutivamente prorrogado até 1 de maio, os meses seguintes foram de grande instabilidade no sector turístico. As dormidas em janeiro e fevereiro, anteriores à materialização da emergência de saúde pública, acabaram por representar mais de um quarto das dormidas em todo o ano de 2020 – respetivamente, 12,6% e 14,8%.

No período compreendido entre o dia 9 de novembro de 2020 e o dia 30 de abril de 2021, vigoraram sucessivos estados de emergência, o que levou a que a expressão assumida pelo primeiro trimestre de 2021 no total de dormidas tivesse sido reduzida.

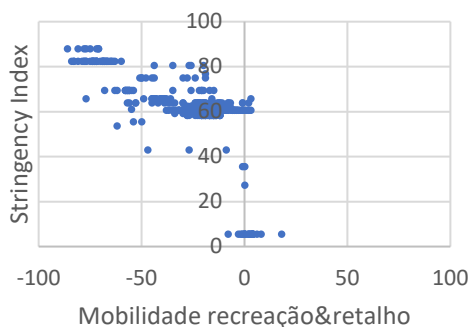
Figura 4.10. Distribuição (%) de dormidas por mês (total de dormidas nos 12 meses); Anual



Fonte: INE; Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos

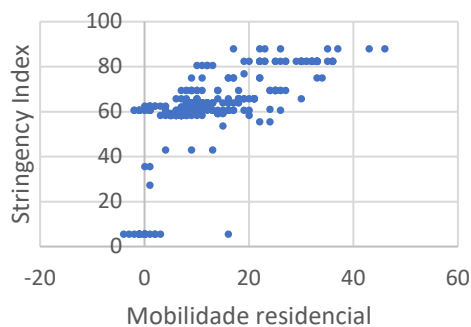
Recorrendo aos relatórios de mobilidade que a Google disponibilizou ao longo dos meses, conjuntamente com o COVID *Stringency Index* computado pela Universidade de Oxford, que afere a rigidez das políticas públicas aplicadas em contexto pandémico, concluímos que existe uma **correlação significativa entre a materialização de medidas mais restritivas e as tendências de frequência dos locais associados ao lazer e retalho pela população**. Essa correlação é de intensidade mais moderada quando a estabelecemos com as tendências de movimento residencial.

Figura 4.11. Tendência de mobilidade em locais de lazer e retalho; COVID Stringency Index; 2020



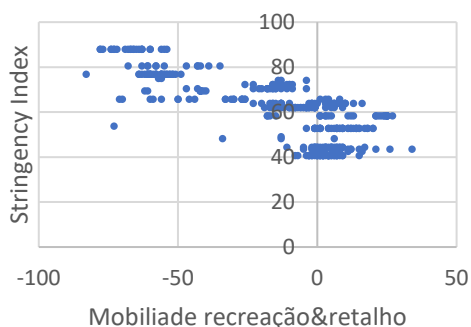
Fonte: Relatório de mobilidade da comunidade da COVID-19, Google; COVID-19 Stringency Index, Oxford Coronavirus Government Response Tracker

Figura 4.12. Tendência de mobilidade no local de residência; COVID Stringency Index; 2020



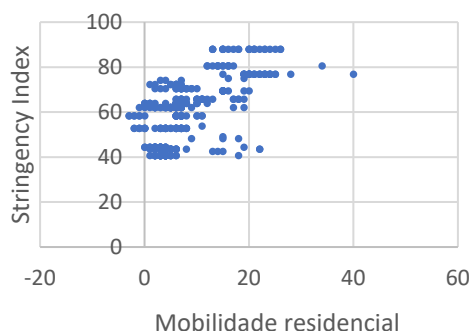
Fonte: Relatório de mobilidade da comunidade da COVID-19, Google; COVID-19 Stringency Index, Oxford Coronavirus Government Response Tracker

Figura 4.13. Tendência de mobilidade em locais de lazer e retalho; COVID Stringency Index; 2021



Fonte: Relatório de mobilidade da comunidade da COVID-19, Google; COVID-19 Stringency Index, Oxford Coronavirus Government Response Tracker

Figura 4.14. Tendência de mobilidade no local de residência; COVID Stringency Index; 2021



Fonte: Relatório de mobilidade da comunidade da COVID-19, Google; COVID-19 Stringency Index, Oxford Coronavirus Government Response Tracker

O número de dormidas mensal subiu em todos os segmentos de alojamento turístico desde abril de 2021 até o fim do ano, por referência ao período homólogo. Contudo, o número de dormidas nos meses de verão de 2021 **continuam a ser bastante inferiores àqueles de 2019**. No alojamento local, o mês com uma menor descida é agosto, ainda assim uma redução de 30,9% em relação a agosto de 2019. Já na hotelaria, também é o mês de agosto a apresentar uma menor redução (-22,1%).

Em contraste, o número de dormidas nos estabelecimentos de turismo no espaço rural e de habitação aumentou nos meses de julho (2,2%), agosto (11,6%) e setembro (9,4%) quando comparados aos meses homólogos de 2019.

Figura 4.15. Variação do número de dormidas por segmento de alojamento turístico; 2019 e 2021

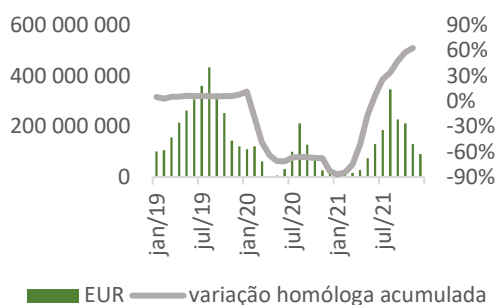
	Segmento de alojamento turístico								
	Hotelaria			Alojamento local			Turismo no espaço rural e de habitação		
	2019	2021	Δ19-21	2019	2021	Δ19-21	2019	2021	Δ19-21
Junho	5 923 355	2 733 115	-53,9%	1 041 015	473 329	-54,5%	213 184	197 147	-7,5%
Julho	6 738 568	3 640 285	-46,0%	1 216 781	628 781	-48,3%	275 881	282 032	2,2%
Agosto	7 809 472	6 087 079	-22,1%	1 422 773	983 590	-30,9%	401 182	447 524	11,6%
Setembro	6 285 195	4 609 200	-26,7%	1 111 275	744 950	-33,0%	228 104	249 476	9,4%

Fonte: INE; Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos

Os proveitos de aposento para todos os segmentos de alojamento turístico, em 2020, foram de 1.076.414 milhões euros, decréscimo de 66,7% em relação a 2019. Em 2021 assinalou-se um aumento de 62,8% nos proveitos de aposento, valor que, não obstante, constitui uma redução de 45,8% face ao valor de 2019.

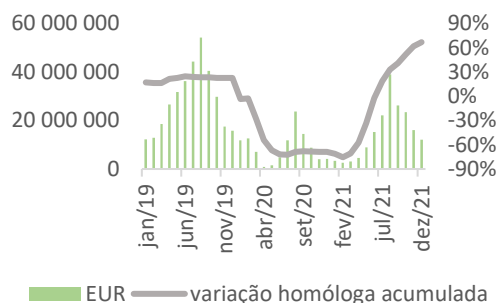
No turismo de espaço rural e de habitação, os proveitos de aposento foram de 94.542.000 euros em 2019, sendo esse valor ultrapassado em 2021, com o montante global dos proveitos de aposento a atingir os 101.837.000 euros.

Figura 4.16. Proveitos de aposento na Hotelaria; Mensal; VH acumulada (%)



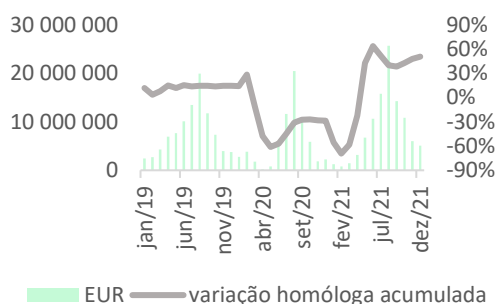
Fonte: INE; Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos

Figura 4.17. Proveitos de aposento no Alojamento local; Mensal; VH acumulada (%)



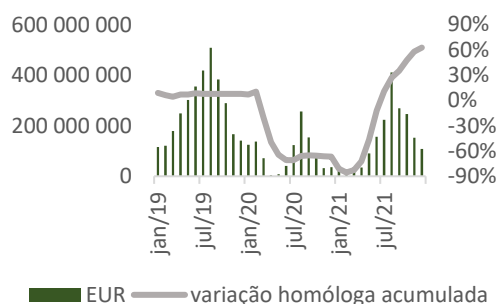
Fonte: INE; Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos

Figura 4.18. Proveitos de aposento no turismo no espaço rural e de habitação; Mensal; VH acumulada (%)



Fonte: INE; Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos

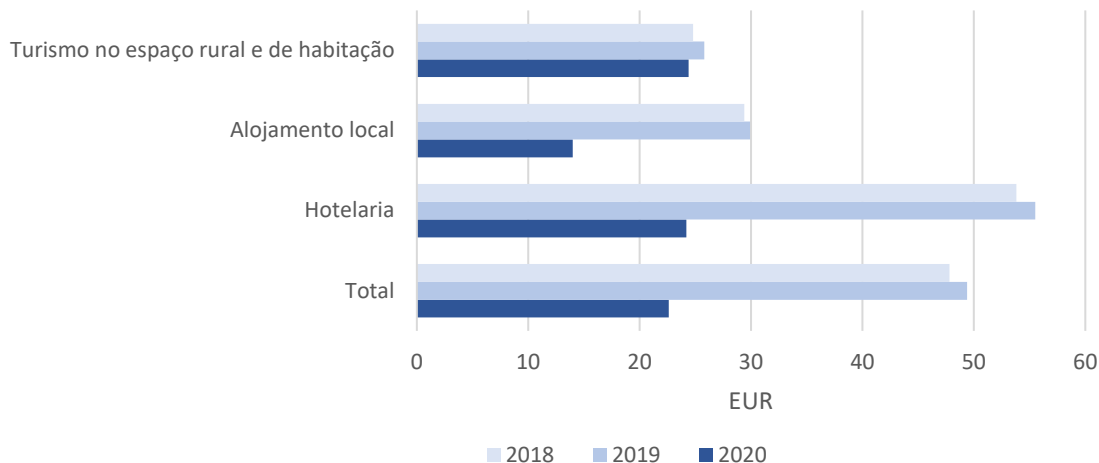
Figura 4.19. Proveitos de aposento Total; Mensal; VH acumulada (%)



Fonte: INE; Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos

Em 2020, o **rendimento médio por quarto** para todos os segmentos de alojamento turístico era menos de metade do registado em 2019 (49,4 euros por quarto em 2019, 22,6 euros por quarto em 2020). Porém, **as quebras** de rendimento para o **segmento do turismo no espaço rural e de habitação foram ténues**, com o rendimento médio a fixar-se em 25,8 euros em 2019 e diminuindo para 24,4 euros em 2020.

Figura 4.20. Rendimento médio por quarto (em euros) nos estabelecimentos de alojamento turístico por segmento; Anual

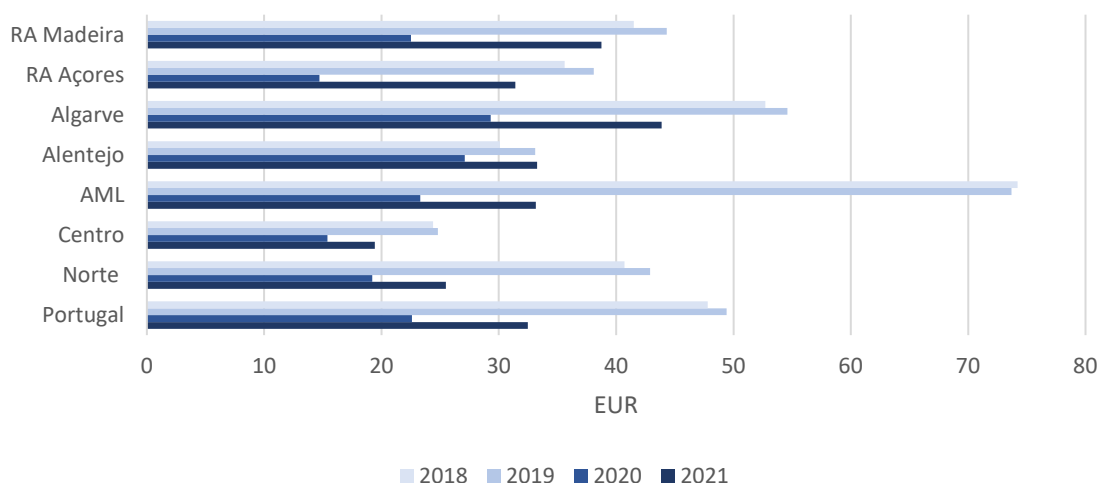


Fonte: INE; Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos

Considerando o fator da localização geográfica dos estabelecimentos no rendimento médio por quarto, a AML era a região que em 2019 apresentava um maior valor médio, ultrapassando os 70 euros, enquanto o Algarve era a segunda região com o valor mais elevado, cerca de 54,6 euros por quarto. Por oposição, em 2020, o rendimento médio por quarto em Lisboa é marcado por uma variação de -68,4%, situando-se nos 23,3 euros e ficando atrás de Algarve (29,3 euros) e Alentejo (27,1 euros) como os destinos que alcançaram mais elevados rendimentos médios por quarto. **O caso do Alentejo é particularmente notável na medida em que a quebra de rendimento médio de 2019 para 2020 se firma nos -18,1%, muito inferior ao registado por qualquer uma das outras regiões, e confirmando em 2021 um rendimento médio por quarto superior ao verificado no ano anterior à pandemia (33,3 euros)¹⁰.** O Alentejo foi, de resto, a única região que conseguiu em 2021 superar o valor que apresentava para este indicador em 2019, embora a Região Autónoma da Madeira ficasse próxima desta meta (44,3 euros em 2019, 38,7 euros em 2021).

¹⁰ Sobre este tema recomenda-se a leitura de Falk *et al* (2022), artigo onde detalham que a procura turística doméstica em França, no verão de 2020, se centrou em áreas menos densamente povoadas e caracterizadas por uma menor atividade económica.

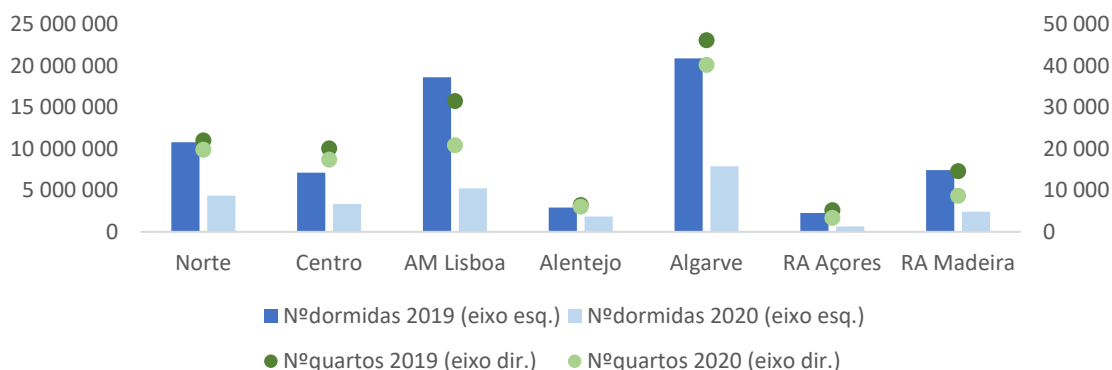
Figura 4.21. Rendimento médio por quarto (em euros) nos estabelecimentos de alojamento turístico por localização geográfica; Anual



Fonte: INE; Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos

Os maiores diferenciais entre o número de quartos em todos os segmentos de alojamento turístico de 2019 para 2020 encontram-se na Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, averbando variações negativas de 39,3% e 35,5%. A esta redução não deverão ser alheias as restrições ao transporte de passageiros por via aérea que desde março vieram a ser empregues. Já em território continental, a AML registou uma redução de 34,9% no número de quartos disponibilizados. Não obstante, **é interessante notar que, em tendência oposta, o número de quartos em estabelecimentos turísticos no espaço rural e de habitação aumentou 13,4% na mesma região.** Foi, aliás, a única variação positiva registada em 2020 por comparação com 2019.

Figura 4.22. Número de dormidas e número de quartos em estabelecimentos de alojamento turístico por localização geográfica; Anual



Fonte: INE; Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos

Figura 4.23. Número de quartos em estabelecimentos de alojamento turístico por localização geográfica e segmento; Variação anual (%)

	Segmento de alojamento turístico								
	Hotelaria			Alojamento local			Turismo no espaço rural e de habitação		
	2019	2020	Va (%)	2019	2020	Va (%)	2019	2020	Va (%)
Portugal	146 214	116 719	-20,2%	34 958	24 390	-30,2%	11 992	10 642	-11,3%
Norte	22 032	19 839	-10,0%	7 339	5 177	-29,5%	4 314	3 858	-10,6%
Centro	20 118	17 448	-13,3%	6 650	5 172	-22,2%	2 795	2 480	-11,3%
AML	31 573	20 904	-33,8%	9 452	5 758	-39,1%	134	152	13,4%
Alentejo	6 466	6 108	-5,5%	2 393	2 050	-14,3%	2 863	2 697	-5,8%
Algarve	46 182	40 274	-12,8%	5 692	4 047	-28,9%	802	736	-8,2%
RA Açores	5 207	3 402	-34,7%	1 333	-	-	568	-	-
RA Madeira	14 636	8 744	-40,3%	2 099	-	-	516	-	-

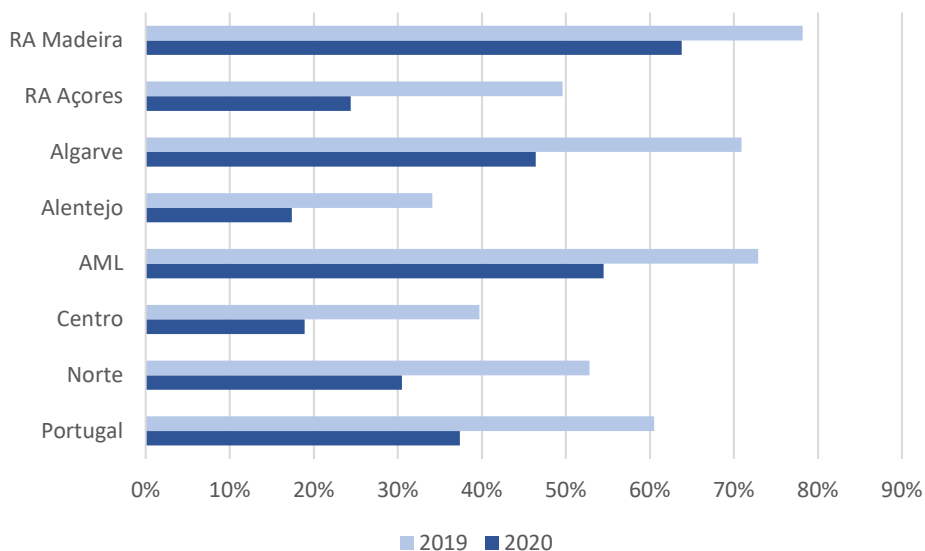
Fonte: INE; Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos

As três regiões continentais que em 2019 detinham uma menor proporção de hóspedes não-residentes – Alentejo, Centro e Norte – foram as que em 2020 menor redução sofreram quanto ao número de dormidas e quanto à oferta de quartos, com o Alentejo a ser a região menos penalizada, assumindo variações de -37,8% e -5,5%. Esta condição poderá encontrar como justificativa uma menor dependência do turismo internacional que foi fortemente condicionado pelas medidas de restrição à mobilidade entre fronteiras, sendo o choque menos profuso. Contudo, esta asserção não colhe frutos para o caso da Região Autónoma dos Açores, que em 2019 tinha uma proporção de hóspedes não-residentes inferior à da região Norte. Ainda assim, por se tratar de um arquipélago cujo acesso se concretiza maioritariamente por

transporte aéreo, não são de descurar todas as imposições legais que recaíram sobre este no âmbito das normas sanitárias que visavam controlar a transmissão do vírus entre a população, das quais se destacam o comprovativo de realização de teste molecular (PCR) para despiste da infeção por SARS-CoV-2, com resultado negativo, realizado nas 72 horas anteriores ao momento do embarque. No entanto, determinadas políticas públicas intentaram incentivar a procura turística, como o Despacho n.º 992/2020, de 26 de junho, que veio firmar uma convenção com uma vasta rede de laboratórios em território continental português, eximindo os cidadãos que pretendiam viajar até ao Arquipélago dos Açores das despesas com a realização dos testes PCR.

Nos casos da AML e do Algarve, embora a redução de 2019 para 2020 no número de dormidas dos hóspedes não-residentes tenha sido semelhante – para a AML -77,5% e -74,4% para o Algarve – salienta-se que a redução no número de dormidas dos hóspedes residentes foi maior para a AML (-50,4%) do que para o Algarve (-23,5%). Daqui se conclui que **os estabelecimentos turísticos algarvios**, através da atração dos turistas residentes, em especial no mês de agosto, no qual o número de hóspedes domésticos praticamente igualou o valor do ano anterior (1.368.363 em agosto de 2019; 1.312.110 em agosto de 2020), **conseguiram conter um decréscimo** que previsivelmente seria mais considerável nos números do emprego no sector do alojamento e nos proveitos totais.

Figura 4.24. Proporção (%) de hóspedes não-residentes por localização geográfica; Anual



Fonte: INE; Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos

5. Conclusões

Com base nesta análise estatística, salientamos o impacto da pandemia da COVID-19 e das medidas de confinamento, de restrição de circulação de pessoas e bens no setor do alojamento turístico.

O ano de 2020 tem inerente uma alteração nos padrões sazonalidade que persistiu em 2021. Considerando que o grau de severidade das medidas sanitárias, que limitando fortemente a circulação de pessoas, visavam conter a propagação do vírus, variou de acordo com a maior ou menor incidência que a transmissão deste assumira em diferentes fases do ano, é fácil perceber que a procura turística tenha contraído em certos períodos. No entanto, as repercussões daqui resultantes para o setor do alojamento turístico não foram simétricas. As unidades hoteleiras e de alojamento local ressentiram-se numa dimensão superior à do turismo no espaço rural e de habitação. Quanto a este último, a descida no número de dormidas em 2020 foi menos vincada do que nos outros dois segmentos, porém, a recuperação em 2021 é quase suficiente para se equiparar aos valores de 2019. A variação das dormidas em alojamentos de turismo no espaço rural e de habitação respeitantes a 2021 em relação a 2019, embora ainda seja negativa, foi de apenas -5,3%, enquanto para a hotelaria e para o alojamento local supera os -47,0%.

Os dados relativos a 2022 serão importantes no sentido de apurar se estivemos perante uma perturbação pontual e conjuntural dos grandes movimentos turísticos, ou se, por outro lado, esta inversão de tendência, no que toca à nova organização dos padrões de sazonalidade, mas, especialmente, à quota de mercado do turismo rural, permanecerá, de modo estrutural, além da época pandémica.

6. Referências

- Banco de Portugal (2021). Balança de Pagamentos. Publicado online em <https://bpstat.bportugal.pt/dominios/3>
- Eurostat (2021). European Union - Statistics on Income and Living Conditions.
- Falk, A., Hagsten, E., & Lin, X. (2022) High regional economic activity repels domestic tourism during summer of pandemic. *Current Issues in Tourism*, 25 (8), 1209-1225.
- Google (2022). COVID-19 Community Mobility Reports. Publicado online em <https://www.google.com/covid19/mobility/> (última atualização dos dados em 11 de maio de 2022).
- Graham, A., Kremarik, F., & Kruse, W. (2020). Attitudes of ageing passengers to air travel since the coronavirus pandemic. *Journal of air transport management*, 87, 101865.
- Instituto Nacional de Estatística (2021). Conta Satélite do Turismo.
- Instituto Nacional de Estatística (2021). Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos.
- Marques, C. P., Guedes, A., & Bento, R. (2021). Rural tourism recovery between two COVID-19 waves: the case of Portugal. *Current Issues in Tourism*, 1-7.
- Ritchie, H., Mathieu, E., Rodés-Guirao, L., Appel, C., Giattino, C., Ortiz-Ospina, E., Hasell, J., Macdonald, B., Beltekian, D. & Roser, M. (2020). Coronavirus Pandemic (COVID-19). Publicado online em <https://ourworldindata.org/>.
- Sharangpani, R., Boulton, K. E., Wells, E., & Kim, C. (2011). Attitudes and Behaviors of International Air Travelers Toward Pandemic Influenza. *Journal of Travel Medicine*, 18(3), 203-208.

Temas Económicos

- 1: Relacionamento económico com Angola
[Walter Anatole Marques](#)
- 2: Relacionamento económico com Moçambique
[Walter Anatole Marques](#)
- 3: Relacionamento económico com a Federação Russa
[Walter Anatole Marques](#)
- 4: Evolução da taxa de crescimento das saídas de mercadorias portuguesas face à receptividade dos mercados - Janeiro a Setembro de 2007 e 2008
[Walter Anatole Marques](#)
- 5: Comércio Internacional de Mercadorias - Séries Anuais 2008-2017
[Walter Anatole Marques](#)
- 6: Exportações portuguesas de veículos automóveis e suas partes e acessórios
[Walter Anatole Marques](#)
- 7: Trocas comerciais entre Portugal e a União Europeia na óptica de Portugal e na dos países comunitários 2005-2008 (mirror statistics)
[Walter Anatole Marques](#)
- 8: Expedições portuguesas de Têxteis e de Vestuário para a União Europeia
[Walter Anatole Marques](#)
- 9: Portugal no mundo do calçado
[Walter Anatole Marques](#)
- 10: Entrepreneurship performance indicators for active employer enterprises in Portugal
[Elsa de Moraes Sarmento](#) | [Alcina Nunes](#)
- 11: Business creation in Portugal: comparison between the World Bank data and Quadros de Pessoal
[Elsa de Moraes Sarmento](#) | [Alcina Nunes](#)
- 12: Criação de empresas em Portugal e Espanha: Análise comparativa com base nos dados do Banco Mundial
[Elsa de Moraes Sarmento](#) | [Alcina Nunes](#)
- 13: Comércio Internacional no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
[Walter Anatole Marques](#)
- 14: Evolução das exportações de mercadorias para Angola entre 2007 e 2009: Portugal face aos principais fornecedores
[Walter Anatole Marques](#)
- 15: Análise comparada dos procedimentos, custos e demora burocrática em Portugal, com base no "Doing Business 2011" do Banco Mundial
[Elsa de Moraes Sarmento](#) | [Joaquim Reis](#)
- 16: Exportações portuguesas para Angola face aos principais competidores
[Walter Anatole Marques](#)
- 17: Internacionalização no Sector da Construção
[Catarina Nunes](#) | [Eduardo Guimarães](#) | [Ana Martins](#)
- 18: Mercado de Trabalho em Portugal desde 2000
[Paulo Júlio](#) | [Ricardo Pinheiro Alves](#)
- 19: Comércio Internacional de mercadorias no âmbito da CPLP
[Walter Anatole Marques](#)
- 20: Exportações nacionais – principais mercados e produtos (1990-2011)
[Eduardo Guimarães](#)
- 21: Formação Contínua nas empresas em 2010 e 2011
[Anabela Antunes](#) | [Paulo Dias](#) | [Elisabete Nobre Pereira](#) | [Ricardo Pinheiro Alves](#) | [Cristina Saraiva](#)
- 22: Portugal: Uma síntese estatística regional até ao nível de município
[Elsa Oliveira](#)
- 23: Comércio internacional de mercadorias com Espanha em 2013
[Walter Anatole Marques](#)
- 24: Comércio Internacional de Mercadorias Séries Anuais 2008-2013
[Walter Anatole Marques](#)
- 25: Comércio Internacional de Mercadorias - Importações da China - Janeiro-Dezembro de 2011 a 2013
[Walter Anatole Marques](#)
- 26: Evolução das quotas de mercado de Portugal nas importações de mercadorias na UE-27 - Janeiro-Dezembro de 2007 a 2013
[Walter Anatole Marques](#)
- 27: Comércio Internacional de Mercadorias da Guiné-Equatorial face ao mundo e no contexto da CPLP (2009 a 2013)
[Walter Anatole Marques](#)
- 28: Comércio Internacional de mercadorias da Índia face ao mundo e a Portugal
[Walter Anatole Marques](#)
- 29: Comércio Internacional de Mercadorias no contexto da União Europeia 2009 a 2013
[Walter Anatole Marques](#)
- 30: Comércio bilateral entre os membros do Fórum Macau de 2003 a 2013
[Ana Rita Fortunato](#)

- 31: Exportações portuguesas de produtos industriais transformados por nível de intensidade tecnológica - Mercados de destino (2009 a 2013 e Jan-Out 2014)
[Walter Anatole Marques](#)
- 32: Evolução do comércio internacional de mercadorias com Angola - 2010 a 2014
[Walter Anatole Marques](#)
- 33: Exportações nacionais – principais mercados extracomunitários e produtos (1990-2013)
[Eduardo Guimarães](#)
- 34: Evolução do comércio internacional português da pesca - 2013 e 2014
[Walter Anatole Marques](#)
- 35: Comércio Internacional de Mercadorias - Séries Anuais 2008-2014
[Walter Anatole Marques](#)
- 36: Evolução do Comércio Internacional português da pesca e outros produtos do mar (1º Semestre de 2014 e 2015)
[Walter Anatole Marques](#)
- 37: Desafios e oportunidades para a Ilha Terceira. Estudo sobre o impacto da redução de efetivos na Base das Lajes
[GEE](#)
- 38: Análise Comparativa de Indicadores da Dinâmica Regional na Região do Algarve e Continente
[Ana Pego](#)
- 39: Comércio internacional de mercadorias - Taxas de variação anual homóloga em valor, volume e preço por grupos e subgrupos de produtos
[Walter Anatole Marques](#)
- 40: Análise Descritiva das Remunerações dos Trabalhadores por Conta de Outrem: 2010-2012
[Elsa Oliveira](#)
- 41: Comércio Internacional de Mercadorias - Séries Anuais (2008 a 2015)
[Walter Anatole Marques](#)
- 42: A indexação da idade normal de acesso à pensão de velhice à esperança média de vida: análise da medida à luz do modelo das etapas
[Gabriel Osório de Barros](#)
- 43: Balança Comercial de Bens e Serviços - Componentes dos Serviços - 2012 a 2015 e Janeiro-Abril de 2014 a 2016
[Walter Anatole Marques](#)
- 44: Comércio internacional de mercadorias entre Portugal e o Reino Unido
[Walter Anatole Marques](#)
- 45: Comércio Internacional de mercadorias Contributos para o 'crescimento' das exportações por grupos de produtos e destinos (Janeiro a Agosto de 2016)
[Walter Anatole Marques](#)
- 46: A atividade de Shipping em Portugal
[Ricardo Pinheiro Alves](#) | [Vanda Dores](#)
- 47: Comércio Internacional de mercadorias no âmbito da CPLP - 2008 a 2015
[Walter Anatole Marques](#)
- 48: Digitalização da Economia e da Sociedade Portuguesa - Diagnóstico Indústria 4.0
[Céu Andrade](#) | [Vanda Dores](#) | [Miguel Matos](#)
- 49: A participação Portuguesa nas cadeias de valor globais
[Guída Nogueira](#) | [Paulo Inácio](#)
- 50: Contributos dos grupos de produtos e principais mercados de destino para a evolução das exportações de mercadorias - Janeiro a Março de 2017
[Walter Anatole Marques](#)
- 51: Comércio internacional de mercadorias: Portugal no âmbito da CPLP - 2012 a 2016
[Walter Anatole Marques](#)
- 52: Administração Portuária – Empresas e sistemas tarifários
[Francisco Pereira](#) | [Luís Monteiro](#)
- 53: Comércio Internacional de Mercadorias - Séries Anuais 2008-2017
[Walter Anatole Marques](#)
- 54: A Economia da Cibersegurança
[Gabriel Osório de Barros](#)
- 55: Contributo de produtos e mercados para o 'crescimento' das exportações de bens
[Walter Anatole Marques](#)
- 56: A Cibersegurança em Portugal
[Gabriel Osório de Barros](#)
- 57: Comércio internacional de mercadorias Portugal - China
[Walter Anatole Marques](#)
- 58: Comércio internacional de mercadorias de Portugal com a Venezuela - 2013 a 2017 e 1º Semestre de 2018
[Walter Anatole Marques](#)
- 59: Balança Comercial de Bens e Serviços Componentes dos Serviços (2015-2017 e 1º Semestre 2015-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 60: O Comércio a Retalho em Portugal e uma Perspetiva do Comércio Local e de Proximidade
[Paulo Machado](#) | [Vanda Dores](#)
- 61: A Indústria Automóvel na Economia Portuguesa
[Sílvia Santos](#) | [Vanda Dores](#)
- 62: Impacto Económico da Web Summit 2016-2028
[João Cerejeira](#)
- 63: Comércio Internacional de Mercadorias - Séries Anuais (2008-2018)
[Walter Anatole Marques](#)



- 64: A Tarifa Social de Energia
[Gabriel Osório de Barros](#) | [Dora Leitão](#) | [João Vasco Lopes](#)
- 65: Evolução recente do comércio internacional no 'Ramo automóvel' (2017-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 66: Comércio internacional de mercadorias com Moçambique (2014-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 67: Cryptocurrencies: Advantages and Risks of Digital Money
[Gabriel Osório de Barros](#)
- 68: Comércio internacional de mercadorias com Moçambique (2014-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 69: Perspetivas de investimento das empresas
[Ana Martins](#) | [Rita Tavares da Silva](#)
- 70: Comércio internacional de mercadorias de Portugal - Ficha anual Portugal-PALOP (2014-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 71: O SME Instrument e as PME Portuguesas
[Eugénia Pereira da Costa](#) | [Paulo Inácio](#)
- 72: Comércio internacional de mercadorias de Portugal com a América Central (2014-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 73: Comércio da China com os PALOP (2014-2018) e correspondentes exportações portuguesas (2017-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 74: Comércio internacional de têxteis e vestuário (2008-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 75: O setor TIC em Portugal (século XXI)
[Luís Melo Campos](#)
- 76: Comércio Internacional de mercadorias de Portugal com a América do Sul (2014-2018)
[Walter Anatole Marques](#)
- 77: Empresas de Fabricação de Embalagens de Plástico
[Florbela Almeida](#) | [Graça Sousa](#) | [Dulce Guedes Vaz](#)
- 78: Comércio internacional de mercadorias - Ficha Portugal-PALOP (2017-2018 e janeiro-agosto 2018-2019)
[Walter Anatole Marques](#)
- 79: Retrato do Sector do Calçado em Portugal
[Catarina Nunes](#) | [Eduardo Guimarães](#) | [Florbela Almeida](#) | [Luís Campos](#) | [Ricardo Pinheiro Alves](#) | [Sílvia Santos](#) | [Vanda Dores](#)
- 80: Comércio Internacional de Mercadorias Séries Anuais 2014-2019
[Walter Anatole Marques](#)
- 81: Canais de transmissão e sectores potencialmente mais afetados pelo COVID-19
[Rita Bessone Basto](#) | [Paulo Inácio](#) | [Guida Nogueira](#) | [Ricardo Pinheiro Alves](#) | [Sílvia Santos](#)
- 82: COVID-19 - Estratégia de Retoma da Economia Portuguesa
[GEE \(Vários autores\)](#)
- 83: Competitividade e cadeias de valor no sector agroalimentar e agroflorestal português
[Ricardo Pinheiro Alves](#) | [Tiago Domingues](#)
- 84: Evolução do setor da construção em Portugal, 2008 a 2018
[Eugénia Pereira da Costa](#) | [Catarina Leitão Afonso](#) | [Francisco Pereira](#) | [Paulo Inácio](#)
- 85: Portugal no mundo do calçado Comércio Internacional (2017-2019 e Janeiro-Maio 2019-2020)
[Walter Anatole Marques](#)
- 86: COVID-19 - Oportunidades setoriais de exportação para a economia portuguesa por via de desvio de comércio
[Guida Nogueira](#) | [Paulo Inácio](#)
- 87: Comércio internacional português do Vinho - 2017 a 2019 e período de Janeiro-Abril 2019-2020
[Walter Anatole Marques](#)
- 88: A importância Macroeconómica do Ramo Segurador em Portugal: Análise Input-Output
[Vanda Dores](#) | [Tiago Domingues](#)
- 89: Digitalisation, Skills and Cybersecurity in Portugal - Critical Factors in a Digital Economy driven by Covid-19
[Gabriel Osório de Barros](#)
- 90: Avaliação do Impacto da Web Summit
[Francisco Carballo-Cruz](#) | [João Cerejeira](#) | [Ana Paula Faria](#)
- 91: Comércio internacional de mercadorias de Portugal com a Federação Russa - 2017 a 2021
[Walter Anatole Marques](#)
- 92: Comércio Internacional de mercadorias de Portugal com a Ucrânia 2017 a 2021
[Walter Anatole Marques](#)
- 93: Acesso ao financiamento das PME portuguesas desde a crise financeira global
[Ana Martins e Rita Tavares da Silva](#)
- 94: Sector "Têxteis e Vestuário" - Importações na UE-27 e quotas de Portugal (2020) - Comércio Internacional português (2017-2021)
[Walter Anatole Marques](#)
- 95: Comércio Internacional da pesca, preparações, conservas e outros produtos do mar (2020-2021)
[Walter Anatole Marques](#)

- 96: Decarbonization in Portugal – The sectors in the ring of fire
[Inês Póvoa](#)
- 97: Uma estória de dois contos: Impactos heterogéneos da pandemia da COVID-19 no setor do Turismo
[Gonçalo Novo](#) | [Gabriel Osório de Barros](#)

